

RELATÓRIO DO GRUPO TÉCNICO DE

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Produto 2 | Relatório Final

Comissão de Transição Governamental 2022

Brasília, 11 de dezembro de 2022.



COMISSÃO DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL

Coordenador-Geral do Gabinete de Transição Governamental

Geraldo Alckmin

Coordenação Executiva

Floriano Pesaro

Coordenação de Articulação Política

Gleisi Hoffmann

Coordenação de Organização da Posse

Rosângela Lula da Silva

Coordenação de Grupos Técnicos

Aloizio Mercadante

Coordenação do Grupo Técnico de Comunicação Social

André Luís Gaspar Janones

Antônia Soares Pellegrino

Flávio Silva Gonçalves

Florestan Fernandes Junior

Helena Maria de Freitas Chagas

Hélio Marcos Prates Doyle

João Caldeira Brant Monteiro de Castro

Laurindo Lalo Leal Filho

Manuela Pinto Vieira d'Ávila

Octávio Costa

Tereza Cruvinel

Viviane Ferreira da Cruz

Integrantes do Grupo Técnico de Comunicação Social

Emir Simão Sader

Flávia Filipini Ferreira Borges

Flávio Luiz César

Juliana César Nunes

Julimar Gonçalves

Luiza de Carvalho Sigmaringa Seixas

Osmar Bria

Rafael Angeli

Taís Ladeira de Medeiros

Coordenador Executivo do GT de Comunicação Social

João Caldeira Brant Monteiro de Castro

Relatora

Maria Carolina Prado Lage

Assessora Administrativa

Thaísa Pires de Faria

Equipe de monitoramento

Janira Trípodi Borja

Assessor Jurídico

Victor Eptácio Cravo Teixeira

Sumário

Sumário	2
Sumário Executivo.....	3
1. Introdução: O Desmonte da Comunicação Social.....	5
2. Balanço dos principais programas e ações	9
3. Sugestão de ações e medidas prioritárias.....	15
4. Gestão e área de suporte	22
5. Colegiados de participação social	26
6. Pontos de Alerta	27
7. Sugestões sobre Emergências Orçamentárias	34
8. Sugestões sobre revogações e alterações de atos normativos	35
9- Sugestão de Estrutura Organizacional do Ministério	36
10. Conclusões	41
Anexos.....	43

Sumário Executivo

A área de Comunicação Social - em que são complementares da Comunicação Governamental e a Comunicação Pública - também foi devastada, como tantas outras, pela estratégia de esvaziamento institucional e pelo desmonte de estruturas.

O novo governo Lula terá início sob condições políticas, econômicas e sociais que farão da comunicação uma questão estratégica para seu êxito em todas as frentes. A reconstrução nacional e o resgate da democracia exigem uma permanente sintonia com a população, a ampliação da base social do governo para além da maioria que elegeu o presidente e o resgate da percepção crítica da parcela da população capturada pelo obscurantismo.

Neste sentido, o novo governo terá pela frente o duplo desafio de construir uma arrojada política de comunicação governamental e, ao mesmo tempo, apoiar a restauração do sistema público de comunicação gerido pela EBC.

I. Comunicação de Governo

Nos últimos seis anos, o cidadão brasileiro teve subtraídos direitos básicos: o acesso à informação correta e fidedigna e o diálogo do governo com a sociedade.

1.1 Os retrocessos e a reconstrução da Secom

Um dos maiores retrocessos na área foi o esvaziamento administrativo, funcional e de gestão da SECOM. Desde Temer ela perdeu status de ministério, depois foi transferida pelo governo Bolsonaro para o Ministério das Comunicações. Militares foram nomeados para postos de direção e foi suprimido o protagonismo da Secretaria na coordenação do Sistema Sicom. Esse sistema reunia, sob a coordenação da Secom, as áreas de comunicação dos órgãos da administração direta e indireta, fixando diretrizes e articulando ações integradas do Poder Executivo.

A desarticulação atingiu também a área de publicidade, de modo que as campanhas institucionais e de utilidade pública dos ministérios passaram a ser feitas sem a supervisão da Secom. A babel instalada no setor gerou denúncias e interpelações do Tribunal de Contas da União – que chegou inclusive a determinar à Secom que não aplicasse mais recursos publicitários em canais e sites que veiculam fake news. Foram grandes os prejuízos à sociedade, causados pela desinformação, especialmente em temas de utilidade pública, como vacinação infantil e combate ao HIV.

A partir deste diagnóstico o GT Comunicação Social propõe a restauração da centralidade do papel da SECOM na comunicação de governo. Para que tenha uma atuação transversal e articuladora entre os diversos órgãos do governo, ela deve estar diretamente vinculada à Presidência da República - como esteve desde a criação.

1.2. Plano de Comunicação Integrada: investimento no digital e recuperação de canais de TV

Duas ações imediatas são necessárias para implementação da nova plataforma de comunicação governamental já nos primeiros cem dias do governo. O fortalecimento da comunicação digital deve se traduzir em ações transversais na área de comunicação de todos os órgãos. No âmbito da Secom, recomenda-se um ajuste

de organograma para a reestruturação de secretarias, com o objetivo de construir um núcleo ágil de monitoramento e inteligência, além de um departamento de articulação para coordenar as ações e a integração do digital.

1.3. Publicidade: nova política e restauração de mecanismos de transparência

Do ponto de vista orçamentário, a SECOM fez baixos investimentos publicitários nos dois primeiros anos do Governo Bolsonaro, verificando-se crescimento significativo nos últimos dois anos. Contudo, o PLOA-2023 reduz em 48% o orçamento da SECOM em relação à LOA 2022. Mantidos esses valores, o investimento em publicidade institucional ficará severamente prejudicado.

O novo governo deve começar logo a promover campanhas com informações de utilidade pública e institucional à população sobre seus principais programas e as transformações pelas quais está passando. É fundamental retomar investimentos na publicidade da vacinação infantil (a partir das ações do Ministério da Saúde), além de informações sobre o novo Bolsa Família e o desarmamento do país.

II. Comunicação Pública

1. A devastação - A EBC foi uma das instituições mais espancadas pelo ciclo de retrocessos iniciado com o golpe de 2016 e aprofundado sob Bolsonaro.

Sua desconstrução passou por três fases. Em 2016, em atitude claramente revanchista, Temer promoveu intervenção na EBC, nomeou ilegalmente um presidente, e para driblar a proibição do STF, editou MP que desfigurou gravemente a lei de criação e a natureza da EBC. Suprimiu seu Conselho Curador e o mandato do diretor-presidente. Bolsonaro, já na campanha eleitoral de 2018, ameaçava extinguir a EBC. Empossado, militarizou a empresa e incluiu-a no PPI e depois no PND. Diante da inviabilidade da privatização, e percebendo a utilidade dos canais para sua guerra cultural e seu projeto de reeleição, passou à fase do aparelhamento e do desfrute político.

A TV Brasil teve sua programação desfigurada, com a descontinuação de muitos programas. A TV governamental NBR, por sua vez, perdeu a identidade própria, tornando-se um subcanal da TV Pública, com a programação interrompida para as transmissões oficiais, que incluíam atos militares e até religiosos.

Casos de censura, assédio e perseguição foram registrados nas TVs e nas Rádios, na Radioagência Nacional e na Agência Brasil. A EBC adotou uma série de práticas antissindicais e chegou a ser condenada judicialmente por assédio moral coletivo, com geração de passivo de R\$ 200 mil. A Ouvidoria Cidadã e a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública elaboraram dossiês que apontam, entre os temas mais censurados: direitos da população negra e indígena, demandas das mulheres negras, investigações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco, e matérias sobre reforma agrária, desmatamento, meio ambiente, mudanças climáticas e referências à ditadura militar. A cobertura da pandemia de Covid 19 sofreu interferência e a EBC foi citada no relatório final da CPI da Pandemia por difusão de conteúdo negacionista.

O canal internacional da TV Brasil foi extinto e a produção própria de conteúdos, bem como as coproduções com produtores independentes, foram drasticamente reduzidos. Em compensação, foram licenciados e exibidos conteúdos de emissoras

privadas altamente contraindicados para canais públicos, como as novelas bíblicas da TV Record.

2. A reconstrução

Apontamos como prioridades na reconstrução do sistema público de comunicação:

1 - **A mudança gerencial da empresa**, com ajustes em sua estrutura organizacional, com inversão da lógica que favorece a atividade-meio em detrimento da atividade-fim.

2. **Fortalecimento e expansão da TV Pública** - Abre-se hoje grande oportunidade para o projeto de uma televisão pública nacional, articuladora de uma rede com outras emissoras do campo público, e que invista fortemente em uma programação de qualidade, voltada para formação de uma cidadania lúcida.

3. **O Brasil de volta ao mundo** - Em sintonia com a nova política externa, será importante reconstruir o canal TV Brasil Internacional, destinado à diáspora brasileira e à difusão da imagem do país. O canal chegou a ser distribuído em mais de 40 países por grandes operadoras de TVA, como a Comcast nos EUA e a MEO TV em Portugal, países que concentram grande número de imigrantes.

4. **A restauração da participação social** - O resgate da identidade original da EBC pressupõe a restauração do organismo de representação da sociedade, o Conselho Curador, suprimido pela lei de Temer. Uma proposta de mudança legislativa para reinstaurar o Conselho integra este relatório.

5. **Rádios EBC, as pioneiras** - É fundamental diagnosticar, pesquisar, planejar e implantar projetos para as emissoras de rádio, dos grupos Nacional e MEC. Deve-se investir no aumento de alcance das emissoras, para melhorar a cobertura nacional.

6 - **Fortalecer a Agência Brasil e a Radioagência Nacional** como agências públicas de notícias, abertas e gratuitas, que já fornecem conteúdo para inúmeros veículos, especialmente os do interior do país.

7 - **Investir fortemente em convergência de mídias** e na exploração dos recursos de comunicação digital, ampliando a difusão de seus conteúdos através de múltiplas plataformas e canais de streaming, preferencialmente próprios.

1. Introdução: o Desmonte da Comunicação Social

A comunicação social, seja no campo governamental ou público, tem como focos principais a prestação de serviços ao cidadão e o diálogo com a sociedade. Nesse sentido, a desestruturação dos órgãos e políticas do setor ao longo do governo Bolsonaro vem provocando grandes prejuízos à população brasileira. No caso da comunicação de governo, os danos atingem o direito da população de ter acesso a informações fidedignas sobre temas e ações diretamente ligadas à sua

vida – quando não à sua sobrevivência -, o que impacta no exercício da democracia. O apontado mau uso dos recursos públicos do setor, que gerou investigações em curso, mostra situação grave, expondo atitudes que podem ir além da desídia administrativa. A seguir, alguns dos principais retrocessos e seus impactos no campo institucional, normativo e orçamentário, tanto na comunicação de caráter governamental quanto na comunicação pública.

1. 1. Na Comunicação de Governo

A desarticulação do Sistema SICOM, que reúne as áreas de comunicação dos diversos órgãos federais para definição de diretrizes e narrativas, fragmentou a comunicação de governo, hoje funcionando como uma espécie de Babel. Com isso, perderam-se as condições de dar respostas rápidas e implementar ações articuladas, sobretudo no campo da comunicação digital, que exige agilidade, instantaneidade e proatividade. Não há, atualmente, inteligência na comunicação de governo.

As consequências dramáticas da desinformação. A propagação de *fake news* e a omissão do poder público em relação a informações de utilidade pública que devem ser prestadas à população estão na origem de atitudes negacionistas que resultaram em desastres como a baixa cobertura vacinal para doenças que voltaram a se propagar no país, como a pólio. Nesses quatro anos, órgãos do governo, como o Ministério da Saúde, que deveriam ter suas ações de comunicação supervisionadas pela Secom, deixaram de fazer campanhas de esclarecimento junto à população – e não apenas no caso da Covid-19. As campanhas contra a AIDS, por exemplo, tiveram, em 2021, suas verbas reduzidas a menos de 1% do montante que era gasto vinte anos antes: foram gastos apenas pouco mais de R\$ 100 mil das verbas publicitárias do Ministério da Saúde no combate ao HIV. Em 1998, esse total era de R\$ R\$ 16,5 milhões (valores atualizados pela inflação). Foi uma opção do governo Bolsonaro, já que em 2018 (governo Temer) as campanhas governamentais para prevenção da AIDS somaram R\$ 22,0 milhões, enquanto em 2015 (governo Dilma) alcançaram R\$ 20,1 milhões. Se houve desleixo do MS, houve também a ausência irresponsável por parte da Secom, a quem cabe, de forma transversal, coordenar ações publicitárias dos demais ministérios.

Mau uso dos recursos públicos. Acórdãos e processos em tramitação no Tribunal de Contas da União indicam a ocorrência de desmandos mais graves na área da comunicação governamental, que teriam resultado em prejuízos também ao erário. O direcionamento político e o favorecimento de aliados na aplicação das verbas publicitárias foram constatados pelo TCU em decisão proferida no Acórdão nº 2553/2022, que determinou ao Ministério das Comunicações – onde está hoje a Secom – que fizesse cessar, nos contratos sob sua responsabilidade, “o direcionamento de recursos de campanhas publicitárias do Governo Federal para plataformas/canais/mídias que se relacionem a atividades ilegais”. Na prática, proibiu o investimento publicitário em mídias digitais associadas a *fake news*. Ou seja, além de não trabalhar para coibir a propagação de informações mentirosas, a Secom veiculava publicidade governamental nos sites que as disseminavam.

Falta de transparência. No plano da transparência na área da comunicação de governo, houve também sérios retrocessos. As informações sobre investimentos publicitários em 2022, por exemplo, estão incompletas, dispersas e não discriminam valores efetivamente gastos por meio ou veículo. Já em julho de 2020, quando o TCU aprovou com ressalvas as contas de 2019 do governo Bolsonaro o relator, ministro Bruno Dantas, recomendou que o governo

transparência aos gastos com publicidade dos órgãos públicos. Ele reclamou da extinção, ainda no governo Temer, do IAP, Instituto de Acompanhamento de Publicidade, que era custeado pelas agências de publicidade que atendiam o governo e tinha a missão de acompanhar e dar transparência aos investimentos em publicidade. Da mesma forma, foi estabelecido sigilo de 100 anos sobre documentos da Secom, entre eles as listas com nomes de funcionários que alimentam o Twitter da Presidência da República.

Negligência em relação à mídia estrangeira e à imagem internacional do país. Por fim, é preciso mencionar a ausência de uma política de comunicação governamental em relação à mídia internacional – o que pode acarretar impacto na imagem externa do governo e do país. Assim como ocorreu em governos anteriores, o contrato com a empresa FSB inclui o atendimento e a prestação de serviços no exterior, inclusive com a contratação de jornalistas nas principais capitais do mundo. Diferentemente, porém, da experiência anterior, que em contrato com a empresa CDN (governos Lula e Dilma) instalou correspondentes em locais considerados grandes “hubs” de mídia ou politicamente importantes – como Washington (EUA) e Buenos Aires (Argentina) – os funcionários do governo Bolsonaro estão alocados em países como Israel e Colômbia. Não se tem notícia de sua produção, já que, segundo informações extraoficiais, nunca tiveram serviços demandados pela Secom.

1.2. Desmonte e deformação na Comunicação Pública

Contexto Histórico - A Constituição Federal prevê (art. 223) a existência complementar entre sistemas de radiodifusão estatal, privado e público. A criação deste último, destinado a oferecer à sociedade conteúdos voltados para a expressão da diversidade e a formação crítica do cidadão, foi iniciativa do segundo Governo Lula, em 2007, ao editar a MP 398, criando a Empresa Brasil de Comunicação - EBC.

Previu a MP, convertida na Lei 11652/2008, a incorporação, pela EBC, da antiga empresa de comunicação governamental Radiobrás, o que, na prática, privou o Poder Executivo de um sistema próprio de radiodifusão, ao passo que os poderes Legislativo e Judiciário avançaram na implantação de suas plataformas estatais. A solução foi reservar à EBC uma dupla atribuição: gerir os canais públicos e prestar serviços de comunicação ao governo Federal.

Apesar da ferrenha oposição das mídias comerciais e da oposição político-partidária, a EBC afirmou-se como instituição líder do campo público de comunicação, implantou a TV Pública Federal (TV Brasil), um canal internacional que chegou a estar presente em mais de 40 países, e converteu em canais públicos as emissoras de Rádio e a Agência Brasil, que passaram também a ser supervisionados por um Conselho Curador com maioria originária da sociedade civil.

Simultaneamente, a EBC respondeu positivamente à sua segunda missão, prestando serviços ao governo federal, por demanda da SECOM/PR. Entre eles, a gestão do canal governamental da TV NBR, a produção dos 25 minutos da Voz do Brasil reservados ao Poder Executivo, a transmissão de atos oficiais, a formação de cadeias para pronunciamentos de autoridades e a produção e distribuição de programas específicos, como o antigo “Café com o Presidente”, entre outros.

serviços governamentais passaram a ser objeto de contrato com a SECOM, buscando distingui-los das atividades de comunicação pública.

Todo este sistema, que mesmo tendo imperfeições, atendia às exigências da lei e às finalidades da empresa, foi deformado, desarticulado e parcialmente destruído, em prejuízo da sociedade, processo que teve início no Governo Temer, com a intervenção na empresa e mudanças graves na lei original, e aprofundou-se sob Bolsonaro.

Ameaças e desmonte

Na campanha eleitoral e no início de seu governo, Bolsonaro ameaçou a sobrevivência da EBC. Incluiu-a no Plano de Parcerias e Investimentos (PPI) e depois no Plano Nacional de Desestatização (PND), por meio de decretos cuja revogação imediata estamos sugerindo. Aparelhou a empresa, nomeando gestores de perfil inadequado ou claramente hostis à democracia, entre eles alguns militares, e passou a utilizar seus canais para transmissões de atos religiosos e militares, e também para a disseminação de informações falsas, inclusive sobre questões de saúde pública. Na campanha eleitoral, o aparelhamento se intensificou. Casos de censura, abusos, perseguição e assédio foram denunciados por funcionários e sindicatos.

Um dos mais graves atentados contra os princípios da comunicação pública, que prejudicou também a comunicação governamental, foi a fusão da programação da TV Brasil com a do antigo canal NBR. A TV Pública já vinha operando em sistema de multiprogramação, modalidade que permite a divisão de um canal em quatro programações. Um dos subcanais era ocupado por sua própria programação, outro pelo canal NBR e outros dois pelos canais da Educação e da Saúde. Por meio da portaria EBC nº 216, de 10/04/2019, a TV governamental deixou de se chamar NBR, passando a ser identificada como TVBrasil.2, veiculada no segundo canal de multiprogramação. Seu conteúdo passou a ser o da TV pública (TV Brasil.1), com interrupções frequentes para a transmissão de atos do governo.

Ou seja, uma mistura herética, prejudicial à EBC, à própria comunicação governamental e, principalmente, aos cidadãos. Vale ressaltar ainda que as agências de notícias (Agência Brasil e Radioagência Nacional) e os radiojornais das emissoras públicas também passaram a veicular reportagens produzidas de acordo com critérios editoriais oficialistas, algumas delas também veiculadas na Voz do Brasil.

Programas importantes das emissoras públicas foram descontinuados e, em outra atitude herética, a EBC licenciou conteúdos absolutamente contrários aos princípios da comunicação pública, como as novelas bíblicas da TV Record.

Acordos para a repetição total ou parcial da programação foram firmados com emissoras que não são do campo público.

Os equipamentos de produção e transmissão, adquiridos em sua maior parte pelo plano de investimentos de 2009-2010, não foram substituídos e encontram-se sucateados.

O organograma da empresa foi muito alterado, sendo hoje inadequado, privilegiando a atividade meio em detrimento da atividade fim. Ao ser criada, a EBC era vinculada à Secom-PR. Com sua MP, hoje Lei 13.417, Temer a transferiu para a Casa Civil. Bolsonaro, posteriormente, transferiu-a para o Ministério das Comunicações, juntamente com a própria Secom.

Uma comunicação sólida, ética, de qualidade e conectada aos cidadãos, que reflita todas a diversidade étnico-racial da sociedade brasileira, depende de um olhar sistêmico sobre os processos que envolvem este campo: são igualmente importantes a existência de uma comunicação governamental arrojada e moderna, e a consolidação de um sistema de comunicação pública forte e que conte com ampla participação social. Ambos terão papel relevante na reconstrução nacional e no fortalecimento da democracia, de maneira inclusiva, plural e diversa, em consonância com a complementaridade prevista na CF.

Neste contexto, o Grupo de Trabalho de Comunicação Social defende a criação de uma nova Secom, vinculada à Presidência da República, e a reconstrução da EBC em novas bases institucionais e operacionais. A radiodifusão deve continuar sendo a atividade principal da Empresa, como prevê a lei, sem prejuízo do uso de novas plataformas, em sintonia com o momento tecnológico e as novas formas de diálogo com a sociedade, incluindo novas mídias e redes sociais, cuja proposta será detalhada nos tópicos a seguir.

É consenso no grupo que o ideal seria a separação entre os canais e as atividades de cada sistema. Reconhecemos, entretanto, as dificuldades operacionais que a SECOM teria para assumir a gestão direta destes serviços. Apontamos, contudo, a conveniência da busca de alternativas nesta direção.

Em relação à vinculação da EBC, foram analisados prós e contras para três opções: vinculação à nova SECOM, e ao Ministério da Cultura e a manutenção do vínculo atual ao Ministério das Comunicações. A proposta que apresentamos é de diálogo entre os três ministérios para a avaliação das melhores estratégias para separação entre comunicação de governo e comunicação pública e do vínculo da EBC.

2. Balanço dos principais programas e ações

A comunicação social, pela sua natureza transversal, não lida diretamente com programas nem políticas públicas; está presente nos processos das políticas e dos programas de todas as pastas do Governo Federal, mas não implementa nem executa. Mesmo assim, o Grupo de Trabalho identificou diversos desmantelamentos e descontinuações em iniciativas da área, tanto na comunicação pública quanto na governamental, que serão elencados a seguir.

I. Comunicação Governamental

2.1.1 Enfraquecimento da importância institucional da Secom

A fusão da SECOM com a estrutura do Ministério das Comunicações representou a perda de relevância da Secretaria no planejamento e execução da comunicação de governo. Campanhas de utilidade pública perderam centralidade para campanhas relativas a datas cívicas. A escolha de dirigentes sem familiaridade com o tema - quase todos militares - gerou um cenário de inadequação e ineficiência.

2.1.2 Instrumentalização da comunicação governamental e desvio de finalidade

A comunicação de governo, que deveria funcionar de forma articulada no sistema SICOM para levar à população mensagens institucionais e de utilidade pública, foi instrumentalizada com o objetivo de promover, pessoal e politicamente, a figura do presidente da República.

2.1.3 Ausência de contrato na área de comunicação digital

A Secom não tem contrato direto na área digital, utilizando-se de contrato do MCTI por meio de TED. Isso revela a pouca capacidade de planejar e executar ações digitais.

2.1.4 Fragilidades Contratuais sob auditoria

Os contratos publicitários tiveram licitação realizada em 2022, mas estão sendo questionados pela área técnica do TCU. A execução nos anos de 2019 e 2020 privilegiou a agência Calya, ligada a Elsinho Mouco.

II. Comunicação Pública

2.2.1 Alteração da natureza pública e deformação da programação do conteúdo da TV Brasil

Durante os últimos 6 anos, o conteúdo da TV Brasil teve sua natureza pública alterada e sua programação deformada, com a exibição de conteúdos conflitantes com os princípios definidos em Lei. As produções próprias ou as coproduções com produtores independentes foram substituídas por licenciamentos impertinentes, como as novelas de fundo religioso. Houve ainda redução do espaço e censura a conteúdos relacionados a diversidade étnico-racial, gênero, orientação sexual e regionalidade. A TV Brasil hoje é percebida como TV do Governo e confundida com seu canal de multiprogramação destinado a funcionar como canal governamental, em que Atos do Governo Federal são misturados com programas próprios da comunicação pública, herdados de gestões anteriores. É importante e urgente resgatar o projeto original e garantir condições para seu avanço.

2.2.2 Unificação da TV Brasil e TV NBR

Durante o governo Bolsonaro, a programação das duas emissoras de finalidades distintas foi fundida, bem como as equipes. Com isso, deixou de existir uma diferenciação entre os conteúdos da comunicação pública e da comunicação governamental. O conteúdo da TV Brasil e do radiojornalismo também passou a ser utilizado pela Voz do Brasil (comunicação governamental).

Para superar este problema, este grupo de trabalho recomenda a revogação da portaria interna que possibilitou a unificação, conforme detalhado na sessão “Revogação” deste relatório, bem como a separação da programação e das equipes.

Nesta proposta, a TV Brasil deve retomar apenas programação e conteúdo jornalístico de caráter público e independente e o conteúdo da TV Brasil e do radiojornalismo público voltam a ser transmitidos apenas nos canais públicos, enquanto as transmissões de eventos e atos do governo federal passam a ser exibidos exclusivamente na TV governamental (antiga NBR).

2.2.3 Encerramento da TV Brasil Internacional

A TV Brasil Internacional, que transmitia em língua portuguesa para mais de 40 países, teve o encerramento de suas atividades na gestão do atual governo. A medida acarretou a suspensão de intercâmbio internacional de conteúdo, principalmente com países da América Latina, África e CPLP. Neste contexto, é necessário a retomada do intercâmbio de conteúdo com emissoras públicas internacionais de rádio e TV, bem como com agências públicas de notícia, com ênfase para a relação com países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e da diáspora africana (América Latina, Caribe e África). A próxima gestão deve ainda avaliar um projeto para retomada de transmissões internacionais de rádio e TV.

2.2.4 Sucateamento do Sistema de Rádios EBC

O sistema de Rádios EBC, composto pelas Rádios Nacional e MEC, se encontra tecnicamente sucateado, suas programações desestruturadas, e sofrem com a falta de equipes, tanto de radialistas quanto jornalistas e técnicos. Como exemplo, somente na Rádio Nacional da Amazônia – a única emissora pública em Ondas Curtas do país – os últimos Planos de Demissões Voluntárias (PDVs) tiraram da equipe cinco apresentadores que não foram substituídos. Com isso, a descaracterização da programação regional ficou ainda mais evidenciada, tendo sido descontinuados programas como Jornal da Amazônia, Natureza Viva, Amazônia Brasileira, entre outros. Além disso, o Parque de Transmissões do Rodeador (DF) está abandonado; tanto os transmissores de Ondas Curtas estão sucateados quanto falta equipe técnica preparada para recuperar e operar este tipo de equipamento. Com isso, a emissora sofre com recorrente diminuição ou falta de sinal. Situações semelhantes a esta acontecem nas demais rádios públicas da EBC, em outras cidades.

(Documento completo disponível em <https://drive.google.com/drive/folders/1yU6vWZM-i7hmQJZUxnQ4w5kZpCwi4qS5>).

Pelo quadro apresentado, as Rádios da EBC necessitam de um projeto de gestão que garanta, entre outras ações: aumento da cobertura e do alcance regional e nacional; produção de conteúdos regionalizados, plurais, diversos, com participação social, observando a complementariedade de finalidade e de programação das emissoras; centralidade e protagonismo das Rádios Nacional e MEC na Rede Nacional de Rádios Públicas, a ser recriada.

Novamente como exemplo pela sua singularidade e importância estratégica, é preciso fortalecer e promover a Rádio Nacional da Amazônia (OC) como emissora regional - alcançando, de fato, os 9 estados da Amazônia Legal e toda região de fronteira Pan-Amazônica - com programação sintonizada com a nova política ambiental do governo Lula, afora a prestação de serviços e de informação geral aos amazônidas. Em diálogo, também, com decisões estruturais do novo governo, abrir espaço na programação da Nacional da Amazônia para os povos originários e tradicionais, a partir de suas produções próprias e coproduções. Tecnicamente, podem ser feitos estudos para que, à médio prazo, a produção da emissora seja transferida para alguma capital da Amazônia Legal, bem como estudos técnicos para avaliar como melhorar e modernizar sua transmissão e recepção na região.

Fundamental, ainda, que se garanta a integração dos conteúdos das Rádios com outras plataformas da Empresa, especialmente a Radioagência Nacional, que distribui material radiofônico para mais de 9 mil emissoras de todo país.

E considerar o potencial da Rede Nacional de Rádio, responsável por distribuir conteúdos gratuitos para emissoras de rádio de todo o país. A transmissão é via satélite, pelo mesmo sinal de A Voz do Brasil, e também pela internet, no endereço **redenacionalderadio.com.br**. O site já ultrapassou 11 milhões de acessos.

2.2.5 Censura e Redução de Equipes na Agência Brasil, na Radioagência Nacional e no Rádiojornalismo

O grupo de trabalho identificou a diminuição de 530 profissionais da empresa entre os anos de 2016 e 2022, conforme demonstram os documentos disponibilizados pela atual gestão da EBC. Além disso, houve a incorporação do site da Radioagência Nacional à Agência Brasil e o término do programa de correspondentes regionais.

Neste contexto, a o GT recomenda as seguintes medidas: análise dos impactos da redução de pessoal e recomposição de equipe, com elaboração de edital para concurso público; retomada do programa de correspondentes; realização de capacitação, reciclagem e desenvolvimento pessoal aos trabalhadores da empresa; elaboração de novos planos editoriais, busca de novos formatos e linguagens, além de estabelecimento de parcerias para produção e difusão; reinserção da Radioagência Nacional em domínio próprio. É importante também que a nova gestão verifique a infraestrutura tecnológica e a condição de servidores e redes.

2.2.6 Acervo: redução de autonomia e investimento institucional insuficiente.

Houve denúncias de restrição do acesso aos materiais por parte do público em geral, com controle feito pela Gerência de Marketing, resultando quase sempre em negativas, principalmente em relação a materiais dos períodos da ditadura, redemocratização e governo Lula/Dilma. Além disso, há problemas no fluxo de inclusão de material no MAM. Desde 2020, tem ocorrido interrupções frequentes na inserção dos áudios da programação das rádios, sob a responsabilidade das emissoras.

Neste sentido, o Grupo de Trabalho recomenda:

- Analisar as condições de armazenamento do acervo de Brasília e Maranhão em Brasília (mudança de local recente teria prejudicado área);
- Criação de um programa permanente de preservação e difusão do acervo sob a guarda da EBC;
- Retirar o controle da Gerência de Marketing e viabilizar o acesso irrestrito da sociedade ao acervo da EBC;
- Contratação de mais profissionais por concurso e de estagiários;
- Revisar fluxo de arquivamento colaborativo por outras áreas;
- Intensificar digitalização de acervo;
- Verificar processo de tombamento do acervo do Rio com MPF e Iphan;
- Solicitar acervo mais recente do arquivo de imagens da Agência Brasil.

2.2.7 Suspensão de editais para a contratação de conteúdos da produção independente

Realização de editais para viabilizar parcerias, principalmente com produtoras independentes e organizações da sociedade civil que atuam fora do eixo Sul-Sudeste e são lideradas por profissionais negros/as, indígenas e quilombolas.

2.2.8 Redução ou substituição de programação infantil

Nos últimos anos, houve prejuízos à programação infantil na TV Brasil, com redução das horas de transmissão e interrupção para exibição de atos oficiais do governo.

A recomendação é fortalecer essa faixa com conteúdos qualificados e educativos, pois a emissora, por ser a única opção para muitas crianças que não têm acesso a canais por assinatura ou plataformas pagas na Internet, tem o papel de democratizar e difundir conteúdos de qualidade para este segmento de público.

2.2.9 Interrupção da produção de conteúdo no Maranhão

A produção de conteúdo foi interrompida no Estado do Maranhão. Com isso, houve a cessão da sede para o Instituto Federal do Maranhão e 22 profissionais foram distribuídos para diversos órgãos públicos. Neste contexto, a recomendação é avaliar a retomada da produção, em diálogo com o Governo do Estado do Maranhão, verificar situação do acervo e estabelecer parcerias.

Quadro Resumo

Balanco das Ações de Governo no campo das comunicações

1. Enfraquecimento da importância institucional da Secom

2. Instrumentalização da comunicação governamental e desvio de finalidade

3. Ausência de contrato na área de comunicação digital

4. Fragilidades Contratuais sob auditoria

5. Alteração da natureza pública e deformação da programação do conteúdo da TV Brasil

6. Unificação TV Brasil e TV NBR promove deformação da natureza pública da comunicação

7. Encerramento da TV Brasil Internacional

8. Sucateamento do Sistema de Rádios EBC

9. Censura e Redução de Equipes na Agência Brasil e na Radioagência Nacional e Radiojornalismo

10. Acervo: redução de autonomia e investimento institucional insuficiente.

11. Suspensão de editais para a contratação de conteúdos da produção independente

12. Redução ou substituição de programação infantil

13. Interrupção da produção de conteúdo no Maranhão

3. Sugestão de ações e medidas prioritárias

I. Comunicação Governamental

3.1.1 Realocação da Secom na Presidência da República

Diante do esvaziamento da Secretaria de Comunicação pelo atual governo, o GT recomenda a transferência da Secom do Ministério das Comunicações para a Presidência da República, com status de ministério, em nova estrutura. A Secom absorveria as áreas da EBC voltadas para a comunicação governamental: canais de televisão, rádio e suas redes correlatas, além de parte da Agência Brasil e o segmento do Executivo no programa Voz do Brasil, transmitido diariamente desde 1935. Em vez da NBR, a nova comunicação governamental estaria sendo feita pela nova VOZ DO BRASIL. A Secom absorveria imediatamente os contratos com empresas privadas e com a EBC, hoje no valor anual de R\$ 40 milhões, fechados pelo Ministério das Comunicações.

3.1.2 Plano de Integração da Comunicação Digital e Institucional do Governo

O sistema Sicom, pelo qual a Secom coordena as áreas de comunicação dos órgãos da administração direta e indireta, unificando narrativas e estratégias, precisa ser reestruturado para adoção imediata de um plano de integração da comunicação do governo. É necessário ampliar a estrutura de comunicação digital, articulando-a com os canais de divulgação das ações e mensagens do governo federal: TVs, rádios, agência de notícias, publicidade. A integração precisa de estratégias de diálogo com públicos segmentados, usando todos os meios, inclusive digital.

3.1.3 Plano de Monitoramento da Comunicação Digital

Fortalecer iniciativa de comunicação digital com monitoramento permanente e núcleo de respostas rápidas. A medida visa, de um lado, ampliar a compreensão sobre como a sociedade tem percebido os temas em debate, as políticas em execução e a ação dos gestores, e, de outro, a fortalecer sua capacidade de diálogo e respostas ágeis, seja com foco e público específico ou com amplo alcance.

3.1.4 Novas campanhas publicitárias e digitais de esclarecimento

O novo governo deve ter sua marca e começar a promover campanhas com informações de utilidade pública e institucional à população sobre seus principais programas e as transformações pelas quais está passando. Além de informações sobre mudanças e programas como o novo Bolsa Família, e reforçar temas como vacinação infantil (a partir das ações do Ministério da Saúde) esclarecer medidas como, por exemplo, o desarmamento do país – “trocar armas por livros”, como já disse o presidente Lula.

Do ponto de vista da gestão e, em consonância com o TCU, fazem-se necessárias alterações na política de publicidade do governo federal, sob o imperativo de equacionar os investimentos dentro do novo cenário de crescimento exponencial das mídias digitais. Pesquisa ampla sobre o consumo de mídia da população brasileira poderá dar base ao debate.

Ainda no campo da publicidade, outra providência importante é elaborar critérios transparentes para a distribuição da publicidade governamental com base em pesquisas de consumo de mídia e outros elementos informativos, considerando a audiência dos veículos, a necessidade de atingir públicos diversos e segmentados e de

abranjer todas as regiões do país, assim como é importante fomentar o surgimento de mídias inclusivas e representativas que carecem de condições financeiras para seu desenvolvimento. Isso poderá ser operacionalizado mediante monitoramento independente em convênio com o CENP-Meios, fórum de autorregulamentação do mercado publicitário.

3.1.5 Normas para a nova política de publicidade e transparência da Secom

Em consonância com o TCU, é preciso reformular a política de publicidade do governo federal sob o imperativo de equacionar os investimentos com o novo cenário emergente das mídias digitais. Propõe-se ainda a realização de ampla pesquisa sobre o consumo de mídia da população brasileira como base para assegurar subsídios para esse debate, nos moldes realizados anualmente pela Secom até o Golpe de 2016. Outra providência importante é o estabelecimento de convênio com o Cenp Meios — o Fórum da Autorregulação do Mercado Publicitário — para obter informações seguras e confiáveis sobre a veiculação de publicidade.

Outras medidas de curto e médio prazos:

- Analisar os contratos de empresas de comunicação. Em levantamento preliminar, os contratos mantidos atualmente pelo governo com empresas privadas de comunicação para a prestação de serviços superam o valor de R\$ 500 milhões — somente em publicidade são R\$ 450 milhões por ano, apenas sob a atual administração do Ministério das Comunicações, que ainda mantém contrato com outra empresa privada para a prestação de serviços na área de relações públicas, no valor de R\$ 60 milhões. Uma análise jurídica e administrativa dos contratos e da execução financeira indicariam a necessidade de manutenção dos serviços prestados.

- Realizar pesquisa de consumo de mídia para nortear a elaboração do planejamento da Secom.

- Promover medidas de fomento à diversidade, em especial étnico-racial, de gênero e regional, na produção de comunicação e nas políticas de publicidade e patrocínio.

- Atuar pelo fortalecimento da liberdade de expressão e de imprensa;

- Definir mecanismos de escuta e diálogo permanente com a sociedade para debater critérios de aplicação de recursos de publicidade e patrocínio e políticas de comunicação governamental.

II. Comunicação Pública

3.2.1 - Reforma gerencial da EBC

Para garantir o pleno e eficiente funcionamento da empresa, levando em conta princípios de diversidade na gestão e igualdade de oportunidades para o corpo funcional, é necessário realizar uma ampla reforma gerencial na EBC em caráter emergencial, que inclui:

- Utilização de critérios jurídicos para nomeação dos diretores e necessidade de aprovação do Consad.

- Inclusão de algumas medidas legais no "revogaço" e na MP de reestruturação do governo, conforme indicado no Capítulo 8 deste relatório;

- Nomeação do diretor-presidente pelo PR, com mandato de 4 anos, após edição de MP corrigindo Lei 13.417/2008, pela qual todos eles são nomeados pelo PR.

- Indicação dos demais diretores ao Conselho de Administração;
- Abertura de processos seletivos internos para assessorias, gerências e coordenações;
- Realização de análise jurídica para avaliar possibilidade de exoneração de ouvidor e reestruturação da ouvidoria. Há indícios de que o atual ouvidor não preenche os requisitos técnicos para o cargo. (sem mencionar mandato)
- Restituição do Conselho Curador pelo período de 6 (seis) meses, com a finalidade de, em mandato tampão, conduzir novas eleições.

Democratização da Gestão

Uma reforma gerencial eficiente inclui também aspectos de promoção e valorização da diversidade de gênero, etnia, raça e regionalidade. Portanto, outras medidas prioritárias a médio prazo são:

- Reativação do Comitê de Equidade de Gênero e Raça;
- Criação de Superintendência de Inclusão e Diversidade;
- Observância da necessidade de paridade de gênero e equidade de raça, etnia e regionalidade e cotas para PCDs.

3.2.2 Revogação da portaria 216/19 e restauração da identidade da TV Brasil e da TV NBR

A referida Portaria estabeleceu que a programação das emissoras de televisão TV Brasil e TV Nacional Brasil – NBR, seriam apresentadas em um só canal. Como consequência, o projeto TV Pública, no qual foram investidos tantos esforços e recursos entre 2007 e 2016, encontra-se hoje deformado e confundido com a comunicação governamental.

Fortalecimento da TV Pública

Com a separação das programações, a sociedade passará a perceber nitidamente a existência de uma emissora pública e o funcionamento da TV do Governo Federal, que o Poder Executivo poderá explorar com eficiência, divulgando políticas públicas e iniciativas governamentais. Portanto, faz-se necessário a revogação da portaria 216/19 e restauração das identidades - visuais e de programação - da TV Brasil e da TV NBR. Inicialmente, a TV governamental deve continuar ocupando o segundo canal do canal digital 2 da TV Brasil.

Vinculada à revogação desta portaria, outras medidas de fortalecimento da TV Pública devem ser adotadas a curto e médio prazos, como:

- Reforma da programação, tanto a jornalística-informativa como a generalista e cultural;
- Lançamento de um concurso (pitchings) para a aquisição de conteúdos da produção independente;
- Criação de uma nova programação visual destacando o conceito de TV Pública;
- Planejamento de investimentos na instalação de novos canais digitais já consignados.

Fortalecimento das Rádios Públicas

As rádios Rádios Nacional e MEC, Radioagência Nacional e Agência Brasil também precisam ser fortalecidas, e este fortalecimento se dará por meio das seguintes ações:

- Reelaboração dos planos editoriais dos veículos;
- Promoção de mudanças progressivas nas programações, tanto a jornalística-informativa como a generalista e cultural;
- Produções conjuntas e trocas de conteúdo entre a Rede Nacional de Rádios Públicas, com vistas a promover a convergência midiática nas Rádios e potencialização da produção radiofônica.

3.2.3 – Criação de um Grupo de Trabalho Interministerial composto por Secom, Ministério das Comunicações e Ministério da Cultura

As duas atividades desenvolvidas pela EBC atualmente – comunicação pública e comunicação governamental – são igualmente relevantes, mas são também conflitantes entre si. A prestação de serviços ao governo, pela EBC, prejudica a percepção de que se trata de uma agência de comunicação pública, independente e não subordinada a interesses governamentais.

Demandas vindas da SECOM não deixam de impactar a dinâmica das atividades da Empresa e o governo, por sua vez, não se sente inteiramente contemplado. Por isso, este Grupo de Trabalho recomenda a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial composto por Secom, Ministério das Comunicações e Ministério da Cultura para estudar e propor medidas para separação entre a comunicação pública e governamental e, em função disso, avaliar a vinculação da EBC.

No caso de a Empresa permanecer com ambas as atribuições, independentemente de sua vinculação, deve ser recriada a unidade EBC Serviços, sob o comando de uma Gerência-Executiva, que responderá pela execução dos contratos e o atendimento a SECOM. A existência desta unidade reforçará a percepção da diferença entre comunicação governamental e pública.

3.2.4 - Solicitar ao Tesouro Nacional liberação da Contribuição ao Fomento a Radiodifusão Pública (CFRP)

A Lei 11652/2008 instituiu uma contribuição (CFRP) destinada ao fomento da radiodifusão pública, que destina 75% da receita à EBC. Algumas empresas de telecomunicações continuam depositando suas contribuições em juízo e poucos têm feito o recolhimento ao Tesouro, via Anatel. Entretanto, o orçamento da EBC não tem se beneficiado da totalidade dos recursos a que a empresa tem direito, ficando parte deles aprisionada na reserva de contingência. Por isso, este Grupo de Trabalho recomenda como medida prioritária solicitar ao Tesouro Nacional liberação dos R\$ 485 milhões da Contribuição ao Fomento a Radiodifusão Pública para investimentos na comunicação pública, com previsão na próxima Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Além disso, outra medida a médio prazo é apresentar Minuta de Decreto Presidencial para regulamentar a Contribuição do Fomento a Radiodifusão Pública permitindo repasse dos recursos acumulados para a EBC e demais emissoras do campo público.

3.2.5 - Contratações emergenciais de profissionais

Esta medida se justifica pela necessidade de a EBC ter condições de operar as emissoras e ampliar os serviços de comunicação, pois da maneira como está atualmente, conforme demonstrado na sessão anterior deste relatório, em “balanço”, a EBC está há muitos anos sem concurso nem contratações e sofreu com redução de equipes por afastamento, aposentadoria e outros motivos pessoais.

Apesar de emergenciais, as contratações devem ocorrer preferencialmente por chamamento público (edital simplificado), com transparência e a partir de diretrizes corporativas. Entre elas, comprovada experiência profissional e conhecimento técnico. Também é importante mencionar a observância das recomendações sobre diversidade de gênero, étnico-racial e regionalidades, e ter atenção aos parâmetros de reservas de vagas para pessoas com deficiência.

3.2.6 - Análise e mudanças na estrutura física das sedes da EBC

A EBC ocupa, desde 2010, uma sede alugada em Brasília que, além do custo, e apesar das adequações realizadas, não reúne as condições adequadas a seu funcionamento e expansão. O fato de a sede ser alugada desaconselha investimentos que poderiam levar a uma melhor adequação dos espaços. Por isso, este Grupo de Trabalho recomenda iniciar estudos sobre mudança na estrutura física das sedes da EBC das cidades de Brasília, São Paulo e no Rio de Janeiro. Esta medida inclui as seguintes ações:

- Iniciar estudos para a construção de Sede própria da EBC em Brasília a fim de garantir, no prazo de até 4 anos, uma solução definitiva.

- Analisar a redução das instalações da sede em Brasília feitas pelo atual governo e a retomada das salas entregues ao Venâncio 2000.

- Avaliar situação da sede em São Paulo e providenciar mudança da redação, tendo em vista enchentes e risco à segurança dos profissionais.

- Analisar instalações no Rio de Janeiro, promover reparos e instalação/manutenção de equipamentos de ar-condicionado. Verificar situação do Edifício *A Noite*. Atenção para rede elétrica do prédio da Gomes Freire.

Outras medidas de curto e médio prazos:

- No campo de gestão de recursos humanos, retomar e fortalecer diálogo com trabalhadores e entidades representativas (sindicatos e comissão de empregados), com a criação de mesa permanente de diálogo, restabelecimento imediato da validade das cláusulas do último Acordo Coletivo de Trabalho, até que um novo seja assinado, retomada das negociações de data-base e assinatura de novo Acordo Coletivo da EBC, referente a novembro de 2022/2023, com reposição de perdas inflacionárias, análise e reabertura de debate sobre novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários, ampla ação para promoção da saúde mental e combate ao assédio moral e sexual na EBC, com participação de sindicatos, Comissão de Ética e Comitê de Equidade de Gênero e Raça e equiparação dos direitos das pessoas com doenças raras aos das pessoas com deficiência. Reconhecimento de pessoas com deficiência que não tenham prestado o concurso nessa condição.

- Solicitar ao Ministério das Comunicações consignações de retransmissoras de TV para todas as 350 cidades com mais de 100 mil habitantes, exceto para aquelas em que a EBC já dispõe de autorizações;

- Fortalecer iniciativa de comunicação digital com monitoramento permanente e núcleo de respostas rápidas. A medida visa, de um lado, ampliar a compreensão sobre como a sociedade tem percebido os temas em debate, as políticas em execução

e a ação dos gestores, e, de outro, a fortalecer sua capacidade de diálogo e respostas ágeis, seja com foco e público específico ou com amplo alcance;

- Reuniões com os dirigentes das emissoras que compõem a Rede Nacional de Comunicação Pública, para avaliação das parcerias firmadas e dos compromissos pela EBC, pois o Grupo de Trabalho constatou haver emissoras de caráter não público na lista de parceiras fornecida pela EBC.

- Recomposição do Comitê Editorial e do Comitê de Conteúdo e Programação, bem como produção de normativas internas e atualização das existentes, como manuais de redação, princípios norteadores da comunicação pública e projetos estratégicos para o jornalismo e programação da EBC, em diálogo com trabalhadores;

- Elaboração de projetos prioritários de cobertura: combate à fome, saúde, educação, mudanças climáticas, desinformação, liberdade de imprensa e expressão, juventude, acessibilidade e inclusão, direitos da população negra e dos povos indígenas.

- Estabelecimento de articulação com os dirigentes responsáveis pela implantação do futuro Ministério dos Povos Originários para propor parcerias na produção e difusão de programas no âmbito de atuação da nova Pasta.

- Realização de seminário internacional com as principais emissoras de comunicação pública do Brasil e do mundo para identificar inovações ao projeto da EBC e possibilidades de parcerias.

QUADRO RESUMO

Medida	Órgão responsável	Prazo 100d
1. Realocação da Secom na Presidência da República	SECOM	SIM
2. Plano de Integração da Comunicação Digital e Institucional	SECOM	SIM
3. Novas campanhas publicitárias e digitais	SECOM	SIM
4. Normas de política de publicidade e transparência	SECOM	SIM
5. Análise dos contratos de empresas de comunicação	SECOM	SIM
6. Plano de Monitoramento da Comunicação Digital	SECOM	SIM
7. Pesquisa de consumo de mídia	SECOM	SIM
8. Reforma gerencial da EBC	EBC	SIM
9. Revogação da portaria 216/19	EBC	SIM

10. Criação de um GT Interministerial Secom, MCom e MinC	EBC	SIM
11. Liberação da Contribuição ao Fomento a Radiodifusão Pública (CFRP)	EBC	SIM
12. Contratações emergenciais de profissionais	EBC	SIM
13. Análise e mudanças na estrutura física das sedes da EBC	EBC	SIM

4. Gestão e área de suporte

O Grupo de Trabalho de Comunicação Social identificou alguns de contratos sensíveis, sejam porque estão próximos ao vencimento ou por apresentarem arranjos heterodoxos de “parcerias interministeriais para utilização conjunta” para execução de serviços essenciais de comunicação governamental. Os casos apontados a seguir demandam providências e ajustes com urgência.

A falta de providências em relação às situações apontadas abaixo pode implicar na paralisação de serviços, tanto na EBC como na Secretaria Especial de Comunicação (Secom) atualmente pertencente ao Ministério das Comunicações.

Contrato	Problema/Sensibilidade apresentada
1. TED 01/2022, firmado com o MCTI, para contratação da BR+ para serviços digitais, no valor de R\$ 3.451.469,77	Atualmente, a Secretaria Especial de Comunicação do Ministério das Comunicações (SECOM) está sem contrato na área digital. A Secom utiliza os serviços digitais de uma contratada via TED (BR+Comunicação) pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, em contrato que expira em abril de 2023. Esse modelo impede que a própria SECOM seja gestora do contrato.
2. Contrato de radiodifusão - 04/2019 – EBC	O contrato garante a realização dos serviços de transmissão dos atos da Presidência da República, e está em vigência até 31/12. Já está em processo de renovação, mas processo deve ser observado de perto.
3. Contrato de Comunicação Institucional - FSB - 38/2022	Valor R\$ 60.000.000,00. Vencimento do contrato em 01/04/2023, mas passível de renovação.
4. Contrato de Pesquisa de Opinião Pública - IPRI - INSTITUTO DE PESQUISA DE REPUTAÇÃO E IMAGEM LTDA (FSB PESQUISAS)	Valor R\$ 11.900.000,00. Vencimento do contrato em 30/03/2023, mas passível de renovação.
5. Contrato de Pesquisa de Opinião Pública - INSTITUTO PARANÁ DE PESQUISAS E ANÁLISE DE CONSUMIDOR LTDA	Valor R\$ 1.623.600. Vencimento do contrato em 30/03/2023, mas passível de renovação.
6. Contratos de publicidade 51/2022 - CALYA/Y2 PROPAGANDA E MARKETING LTDA 52/2022 - NOVA SB COMUNICAÇÃO S.A 53/2022 - AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA 54/2022 - PROPEG COMUNICAÇÃO S.A	Há dois pontos de atenção: - é preciso fazer uma avaliação detalhada da execução dos contratos. Nos últimos anos, a execução pela Calya foi notadamente maior do que a dos outros executores. No período depois da nova licitação ainda não é possível avaliar. - Como apontado em alertas, a área técnica do TCU aponta questionamentos que, se aceitos em julgamento, impedirão a renovação dos contratos em maio/2023
7. Contrato número 0018/2018, firmado com Embratel TVSAT Telecomunicações, processo EBC 0416, no valor de R\$ 3.415.977,00. Objeto, disponibilização de faixa de satélite para transmissões. Firmado em 28.04.2022.	Vencerá em abril de 2023, não podendo mais ser renovado, o que exige nova licitação. O Grupo de Trabalho não conseguiu informações sobre andamento de eventual licitação programada até o fechamento deste relatório.

<p>8. Contrato no. 0003/2018, com a empresa Steno, para serviços de "close caption", ou legenda oculta vencerá em 12/01/2023.</p>	<p>A legenda oculta é uma obrigação legal a ser observada por emissoras de TV. Se o contrato não tiver sido renovado até o vencimento, TV Brasil.1 e TV Brasil.2 (antigo NBR) não terão como cumprir a regra da Anatel.</p>
<p>9. A EBC tem três contratos (Prata Consultoria e Savvy) vencendo em 31/12/2022, de serviços que parecem secundários mas contam na produção de TV: maquiagem e penteado de apresentadores e convidados nas praças BSB, SP e RJ. Processo 1179/2018.</p>	<p>A falta destes serviços prejudica as atividades de TV. Se não tiverem sido renovados, nova gestão terá que tomar providencias.</p>
<p>10. A EBC tem 124 contratos de produção de conteúdo em execução. Será necessária uma revisão criteriosa, no que diz respeito a valores, prazos e especialmente quanto à pertinência dos conteúdos.</p>	<p>Pelo histórico dos últimos quatro anos, em que a TV Pública e outros canais da EBC exibiram conteúdos inadequados, é importante verificar a conveniência dos contratos e a possibilidade de eventuais ajustes do projeto básico.</p>
<p>11. O portal Comprasnet registra um grande volume de contratos de licenciamento de obras audiovisuais (filmes, séries, documentarios etc.) para exibição. Alguns destes contratos estão expirando entre dezembro/22 e abril/23 mas sugerimos a não renovação de qualquer um antes de criterioso exame de conteúdo.</p>	<p>A grade atual da TV Pública já exibe uma boa quantidade de obras de terceiros inadequadas, embora existam alguns, geralmente internacionais, que são adequados. Por isso a recomendação de que qualquer renovação seja precedida de criterioso exame pelos novos responsáveis pela programação.</p>
<p>12. Tema sensível: Venceu em 05/12/22 o contrato da EBC com o Institut Fanini, para exibição do programa Reencontro na Radio Nacional FM. Trata-se de programa do pastor Fanini, que já vem da antiga TVE. Contrato número 1914/18.</p>	<p>Embora o conteúdo religioso seja inadequado à grade de rádio pública, a não renovação pela atual diretoria pode estar "empurrando" o problema com este líder evangélico para o novo governo.</p>

Outras considerações sobre gestão contratual e suporte:

4.1 Contratos de Pessoa Jurídica EBC

Além dos contratos elencados acima, o Grupo de Trabalho de Comunicação Social alerta ainda à nova gestão sobre a importância de analisar os contratos com pessoas jurídicas para prestação de serviço em áreas finalísticas da EBC, especialmente jornalismo e programação. Em novembro, três contratos com essas características tiveram a renovação aprovada pelo Consad por mais um ano. A nova equipe de gestão deve verificar quantos mais estão vigentes ou em vias de término/renovação. É preciso avaliar se os termos contratuais estão de acordo com os princípios da comunicação pública e com o regramento jurídico para esse tipo de contratação.

4.2 Gestão da área meio (em caso de desmembramento da Secom)

Considerando que o Grupo de Trabalho apresenta neste relatório proposta de desmembramento da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) do Ministério das Comunicações para a Presidência da República, é importante esclarecer que na hipótese da transferência se confirmar, as estruturas principais de área meio deverão ser assumidas pela Secretaria de Administração, mas será preciso discutir no detalhe as adaptações, considerando também as atribuições da Subsecretaria de

Gestões e Normas. Além de garantir a estrutura de área meio, será preciso garantir a estrutura de gabinete do Ministro e da Secretaria-Executiva, além de assessoria internacional e assessoria jurídica.

4.3 Gestão de Consignações da EBC

Outro alerta importante relaciona-se às consignações da EBC. É importante esclarecer que a empresa tem um enorme potencial de expansão de sua cobertura. A lista atualizada da Anatel registra um total de 1790 consignações de rádio e TV em nome da empresa, entre instaladas e em andamento para instalação.

A lista completa está disponível em <https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php>.

A TV Brasil tem hoje quatro canais digitais de TV operados diretamente pela EBC, os mesmos implantados na gestão 2007-2011: Brasília-DF, São Paulo - SP, Rio de Janeiro - RJ e São Luís - MA, e conta com oito canais de TV digital operados por parceiros: Boa Vista (RR), Macapá (AP), Porto Velho (RO), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Aracaju (SE), Feira de Santana (BA) e Florianópolis.

Nos 4 canais operados diretamente, a TV Brasil transmite simultaneamente (multiprogramação) os canais TV Brasil.1, TV Brasil.2 (antiga NBR), TV Educação (antiga TV Escola) e Canal Saúde (Fiocruz).

Além disso, a EBC tem seis canais geradores de TV não instalados: Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), Vitória (ES), Campo Grande (MS) e Palmas (TO). E 12 canais retransmissores também não implantados: Pelotas-RS, Imperatriz (MA), Joinville-SC, Chapecó (SC), Ilheus-BA, Caxias do Sul-RS, Cabo Frio-RJ, Macaé-RJ, Campos dos Goytacazes-RJ, Petrópolis-RJ, Juiz de Fora -MG e Uberlândia-MG.

Digitaliza Brasil

O Programa Digitaliza Brasil financiará a implantação de canais digitais para TVs do campo público-estatal em mais de 1600 municípios.

Para a EBC, já foram instalados em 564 municípios, ampliando consideravelmente o acesso da população ao sinal da TV Pública.

A lista dos canais já instalados está disponível no Ministério das Comunicações e pode ser acessada no link <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/digitaliza-brasil-1>.

Rádios EBC - No grupo Rádio Nacional a EBC opera hoje as seguintes emissoras:

- Brasília-DF, FM 96,1 MHz e AM 980 Khz.
- Rio de Janeiro-RJ - FM 87,1 MHz e AM 1130 KHz
- São Paulo - FM 87,1 MHz
- Recife-PE - FM 87,1 MHz - São Luís - MA FM 93,7 Mhz
- Rádio Nacional da Amazônia - OC 11.780 KHz e 6.180 KHz
- Rádio Nacional do Alto Solimões - Tabatinga-AM, FM 96,1 MHz
- Grupo Rádios MEC: Rio de Janeiro-RJ, FM 99,3 MHz e AM 800 Khz
- Belo Horizonte - MG FM 87,1 MHz e Brasília FM 87,1 e AM 800 Khz

* Algumas são operados por convênios com universidades

** Existem outras 20 frequências operadas por parceiros

Há 3 consignações não instaladas das Rádios EBC: Alcântara - MA, Atalaia do Norte - AM e Natal - RN. As três estão em processo de licenciamento para serem operadas por afiliadas: Cuiabá - MT, Foz do Iguaçu - PR e Queimada Nova - PI.

5. Colegiados de participação social

Seguem abaixo as recomendações do Grupo de Trabalho de Comunicação Social para recriação, redesenho ou criação de colegiados de participação social com as respectivas justificativas.

Nome do Colegiado	Órgão	Lei de criação	Decreto/ Portaria de regulamentação	Ato que revogou / alterou o colegiado	Situação atual (em funcionamento, parado ou extinto)	Recomendação (recriação, alteração da composição, alteração de finalidade)
Conselho Curador	EBC	11652/2008	Regimento interno aprovado em 2008	Lei 13.417/2017	extinto	Recriação do Conselho Curador nos termos da proposta que está sendo avaliada pelo Procurador Federal que acompanha o grupo.
Conselho de Administração da EBC	EBC	11652/2008	Estatutos da EBC aprovados em 2007	Lei 13.417/2017	Em funcionamento	Adaptar sua composição à nova vinculação que for definida para a EBC. Hoje é presidido pelo ministro-chefe da Casa Civil. Consads geralmente são presididos pelos ministros a que as empresas são vinculadas. Minha sugestão de composição: ministro vinculante, diretor-presidente, representante dos empregados, ministros ou representantes da Cultura e Minicom.
Comitê de Equidade Gênero e Raça	EBC	Norma interna			inativo	Avaliação dos planos de trabalho e relatórios; recomposição e reativação. Analisar de mudança de status para que as políticas sejam conduzidas de forma mais efetiva.

6. Pontos de Alerta

Programa (política pública/ iniciativa)	Alerta (Situação preocupante)	Fonte do Alerta (TCU, CGU ou outro)	Risco (Descrever o risco envolvido)	Criticada de (Alto, médio e baixo)	Medidas para mitigação (Descrever ações recomendadas)
1. Política de Publicidade do Governo Federal	O TCU constatou o direcionamento de recursos de campanhas publicitárias do Governo Federal para plataformas/canais/mídias relacionadas a atividades ilegais. Além disso, verificou a necessidade de identificar e combater a veiculação de campanhas publicitárias em mídias digitais associadas a <i>fake news</i> .	TCU, Acórdão nº 2553/2022 (TC 018.941/2020-6).	O TCU determinou ao Ministério das Comunicações que: (a) faça cessar, nos contratos sob sua responsabilidade, o direcionamento de recursos de campanhas publicitárias do Governo Federal para plataformas/canais/mídias que se relacionem a atividades ilegais, tornando definitiva a parte da cautelar concedida pelo subitem 9.1, letra “b”, do Acórdão 2.132/2020-TCU-Plenário que tratou da referida proibição; (b) no prazo de trinta dias, seja expedida orientação a todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta para que, nos contratos por eles celebrados com agências de publicidade, sejam previstas cláusulas que incentivem a identificação e o combate a veiculação de campanhas publicitárias em mídias digitais associadas a <i>fake news</i> , considerando para tanto, entre outras, a possibilidade de parametrização dos atributos da campanha, caso a comunicação se dê pela utilização do Google AdSense, de sorte a, por exemplo, excluir a veiculação em mídias digitais que mencionem determinadas palavras-chave a serem selecionadas levando em conta as notícias já identificadas como falsas no “Painel de Checagem de <i>Fake News</i> ” organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ); (c) determinar ao Ministério da Comunicações, nos termos do art. 5º da Resolução TCU 315/2020, que, no prazo de 90 (noventa) dias, defina diretrizes/e ou instrumento normativo com orientações e definições de responsabilidades no acompanhamento dos contratos firmados com	Alto/Curto Prazo	(a) Reformulação da política de publicidade do Governo Federal; (b) Aprimorar mecanismos de acompanhamento das campanhas publicitárias, tendo em vista combater a veiculação de campanhas publicitárias em mídias digitais associadas a <i>fake news</i> ; (c) Regular orientações e definições de responsabilidades no acompanhamento dos contratos firmados com agências de publicidade, em especial quanto à aderência dos sites que veiculam anúncios de campanhas aos critérios definidos pela administração;

			agências de publicidade, em especial quanto à aderência dos sites que veiculam anúncios de campanhas aos critérios definidos pela administração.		
2. Política de Publicidade do Governo Federal	O TCU detectou que, embora a utilização de novas tecnologias e de meios digitais seja cada vez mais comum no mercado publicitário, a mecânica de remuneração das agências de propaganda necessita de regras mais claras;	Acórdão nº 908/2022-PL, (TC 027.736/2019-9)	O TCU determinou à Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom/MCOM) que avalie a conveniência e a oportunidade de inserir em seus modelos de editais (sem adentrar no mérito do conceito de formas inovadoras de comunicação), no tópico referente à apresentação da proposta de preços e em outros a ele correlatos, regra que preveja que “regra que preveja que, caso os serviços envolvam um fornecedor especializado, mecanismo de busca, rede social, dentre outros, que não remuneram a agência pelo desconto padrão, a agência será remunerada por meio de honorários previamente estabelecidos (e desvinculados do conceito de desconto padrão) , fazendo-se as alterações porventura necessárias na IN/Secom 3/2018, notadamente no artigo 21, que trata da proposta de preços, em homenagem aos princípios da economicidade e da transparência, informando o Tribunal, no prazo de noventa dias sobre as providências adotadas”;	Alto/Curt o Prazo	Avaliar a conveniência e a oportunidade de definir regras em conformidade com a sugestão do TCU:

<p>3. Comunicação Social Governamental</p>	<p>Encontra-se pendente de análise, no TCU, processo no qual existe proposta de proibição da prorrogação dos Contratos 51, 52, 53 e 54/2022 para além do prazo de suas vigências iniciais (até maio de 2023).</p>	<p>TCU, Processo TC nº 007.225/2022-9</p>	<p>O Processo TC nº 007.225/2022-9, em trâmite no TCU, teve início a partir de denúncia acerca de suposta irregularidade na Concorrência 1/2021 - MCom, demandada pela Secretaria Especial de Comunicação Social - Secom e que deu origem aos contratos de serviços de publicidade atualmente vigentes com 4 (quatro) agências de propaganda. Tal processo encontra-se pendente de julgamento pelos Ministros daquele Tribunal, mas já possui uma proposta de encaminhamento da unidade técnica responsável (Selog/TCU). Caso seja acolhida pelo Plenário da Corte de Contas a referida proposta, a Secom/MCom não poderá prorrogar os Contratos 51, 52, 53 e 54/2022 para além do prazo de suas vigências iniciais (até maio de 2023). Em Memoriais, a Conjur do Ministério alegou a inexistência de tempo hábil para a realização de uma nova licitação até o final do prazo mencionado, conforme informações prestadas pela Secom e pela Secretaria-Executiva do MCom. (Processo Administrativo nº 53115.011934/2022-60).</p>	<p>Alto/Curto Prazo</p>	<p>(a) Fazer avaliação detalhada da posição da área técnica do TCU; (b) Acompanhar o julgamento do processo no TCU; (c) estudar alternativas à eventual impossibilidade de prorrogar os contratos em questão.</p>
<p>4. Comunicação Social Pública</p>	<p>Necessidade de fazer articulação com EBC para gestão da cerimônia de posse. Com a proximidade da data de posse do presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva, é necessário estabelecer articulação com a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) e fazer a gestão de todo o processo de cobertura do evento.</p>	<p>GT de Comunicação Social, a partir de reunião com dirigentes da EBC, realizada no dia 21 de novembro, data em que a preocupação do Grupo de Trabalho de Comunicação foi informada.</p>	<p>A falta de acompanhamento e de articulação da equipe de Transição com a EBC pode acarretar no risco de que a transmissão da solenidade de posse do presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva seja conduzida à revelia da Assessoria de Comunicação do Grupo de Transição, apresentando uma linha editorial não condizente com os resultados esperados pelo novo governo, uma vez que a empresa será a coordenadora do pool de emissoras que cobrirão os eventos e tomará decisões editoriais unilateralmente.</p>	<p>Alto/Curto Prazo</p>	<p>Seguir contato institucional com a EBC, cobrando o detalhamento do plano de cobertura, cuja primeira versão apresenta apenas as responsabilidades compartilhadas do pool de emissoras. A coordenação de posse indicar pessoas da equipe de transição para acompanhar diretamente estas operações no dia da posse. Há pessoas de confiança da própria EBC que podem ser indicadas.</p>

<p>5. Comunicação Social Governamental</p>	<p>Atualmente, a Secretaria Especial de Comunicação do Ministério das Comunicações (SECOM) está sem contrato na área digital. Além disso, o contrato vigente atualmente apresenta fragilidades. O contrato com a última empresa (ISOBAR) finalizou e atualmente, a Secom utiliza os serviços digitais de uma contratada via TED (BR+Comunicação) pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.</p>	<p>GT COMUNICAÇÃO SOCIAL</p>	<p>A inexistência de um contrato próprio da Secom pode trazer vulnerabilidade à pasta, pois seus dirigentes estarão dependentes de contrato de terceiros e não terão autonomia de gestão contratual para serviços digitais. Esta dependência pode gerar enfraquecimento de capacidade decisória sobre recursos humanos, nas áreas estrutural e editorial.</p>	<p>Alto/Curto Prazo</p>	<p>Propor uma separação de contratos e celebrar um contrato próprio da SECOM.</p>
<p>6. Comunicação Social Governamental</p>	<p>Matérias jornalísticas apontam para imposição de Sigilo de 100 anos em documentos contendo relatórios e outras informações sobre a comunicação governamental do Governo Federal no período da gestão do governo Bolsonaro.</p>	<p>Imprensa (https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/governo-bolsonaro-usa-aval-da-cgu-para-negar-envio-de-relatorios-de-redes-sociais-a-camara/)</p>	<p>A falta de acesso da nova gestão a informações estratégicas sobre gestão da comunicação governamental pode prejudicar a tomada de decisões do Governo Federal e induzir os gestores ao erro e à responsabilização na forma da Lei.</p>	<p>Média/Curto Prazo</p>	<p>O Grupo Técnico de Comunicação Social enviou um Requerimento de Informações à Secretaria Especial de Comunicação do Ministério das Comunicações solicitando, dentre outras questões, o envio de lista dos processos que foram colocados em sigilo na SECOM, com a indicação do assunto, número do processo, informação de quem os colocou em sigilo e por quanto tempo. Em resposta, a Secom informa que não há processos nestas condições. A equipe do GT enviou novo requerimento de informações solicitando maiores informações sobre o assunto.</p>
<p>7. Comunicação Social Pública</p>	<p>A Lei 11.652/2008 instituiu uma contribuição (CFRP) destinada ao fomento da radiodifusão pública, que destina 75% da receita à EBC. Algumas empresas de telecomunicações continuam depositando suas contribuições em</p>	<p>GT Comunicação Social, a partir da avaliação de documentos enviados pela EBC.</p>	<p>A falta do repasse integral dos recursos à EBC e a impossibilidade de utilização integral da receita legitimamente destinada à comunicação pública pode enfraquecer financeiramente a instituição e impossibilitar a operacionalização de ações estratégicas de melhorias administrativas na Empresa.</p>	<p>Médio/Curto Prazo</p>	<p>Sobre a CFRP, EBC informa que o total arrecadado foi de R\$ 4,6 bilhões, sendo a parte da EBC R\$ 3,2 bilhões. Destes apenas R\$ 801 milhões foram utilizados. Esses dados da EBC são acumulados de 2008 a 2022. A EBC informa ainda que em 2021 uma Medida Provisória autorizou repassar R\$ 1,9</p>

	juízo e poucos têm feito o recolhimento ao Tesouro, via Anatel. Entretanto, o orçamento da EBC não tem se beneficiado da totalidade dos recursos a que a empresa tem direito, ficando parte deles aprisionada na reserva de contingência.				bilhão da CFRP acumulados para o Ministério da Saúde no contexto da pandemia. Informa que tem R\$ 483 milhões que estão "sob a guarda do STN". O novo governo deve solicitar autorização para utilizar integralmente estes recursos para realizar novos investimentos para a expansão da EBC. Necessidade de promover ajustes na Legislação para autorizar o repasse integral de 75% das receitas obtidas com a CFRP à EBC. Para 2023, isso teria que ser feito por alteração na PLOA/2023, ainda em tramitação no Congresso.
8. Comunicação Social Governamental	A Secretaria Especial de Comunicação Social do Ministério das Comunicações (SECOM/MCom) enfrenta escassez crítica e/ou ausência de servidores efetivos de carreira.	GT COMUNICAÇÃO SOCIAL	A falta ou escassez de servidores efetivos pode impactar na qualidade dos serviços públicos prestados na área de comunicação social.	Média/Curto Prazo	O Governo Federal deve tomar providências de curto prazo para promover organização de quadro de pessoal composta de servidores efetivos.
9. Comunicação Social Governamental	No contrato de comunicação corporativa da Secom deve ser observada a limitação na atividade de captação audiovisual em território nacional. Este serviço não pode ser feito pelo contrato da SECOM pois existe um "vácuo" contratual. Cada vez que precisam dos serviços, é necessário elaborar uma Nota Técnica para justificar a necessidade destes serviços.	GT Comunicação Social, a partir da avaliação de documentos públicos disponíveis e relatos em reuniões.	Problemas contratuais podem trazer fragilidades para os órgãos em diversos aspectos. Da forma como está organizada a questão contratual para prestação de serviços audiovisuais atualmente, as medidas necessárias para concretizar qualquer produção burocratizam demasiadamente o processo e impõem limitações para produções audiovisuais. Além disso, o órgão fica dependente de contrato e equipe externas.	Baixo/Curto Prazo	Avaliar a possibilidade de obter parecer que diferencie a captação de imagens para fins de divulgação e cobertura jornalística e para fins de publicidade ou propaganda institucional.

<p>10. Comunicação Social Pública</p>	<p>Verificar que entidade é a Fundação privada chamada Canal 20 que está "em processo de licenciamento" para operação de uma Rádio FM em Foz do Iguaçu. A sede da entidade é em Cascavel.</p>	<p>GT Comunicação Social, a partir da avaliação de documentos enviados pela EBC e relatos em reuniões.</p>	<p>Entregar uma Rádio FM para uma instituição que não ofereça uma programação em consonância com a comunicação pública.</p>	<p>Médio/Curto Prazo</p>	<p>Verificar imediatamente o caráter desta entidade e reavaliar as vantagens para a comunicação pública desta eventual parceria. Avaliar se existe alguma universidade pública federal ou instituto federal na cidade que possa operar esta Rádio FM em parceria com a EBC.</p>
<p>11. Comunicação Social Pública</p>	<p>A EBC dispõe de consignações para instalar sinal de TV digital aberta que não estão em operação nos seguintes municípios: Geradoras TV: Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), Belo Horizonte (MG), Vitória (ES), Campo Grande (MS) e Palmas (TO). Retransmissoras TV: Pelotas (RS), Imperatriz (MA), Joinville (MA), Chapecó (SC), Ilhéus (BA), Caixas do Sul (RS), Cabo Frio (RJ), Macaé (RJ), Campos do Goytacazes (RJ), Petrópolis (RJ), Juiz de Fora (MG) e Uberlândia (MG).</p>	<p>GT Comunicação Social, a partir da avaliação de documentos enviados pela EBC e relatos em reuniões.</p>	<p>O risco principal é perder a oportunidade de levar o sinal da TV e os seus conteúdos para milhões de moradores destas capitais e demais cidades. Além disso, ao não iniciar a operação dos canais a EBC está sujeita a sanções por parte do Ministério das Comunicações.</p>	<p>Baixo/Curto Prazo</p>	<p>Adquirir imediatamente os transmissores de TV digital para todas as cidades e identificar Torres que possam ser utilizadas para a instalação destes equipamentos.</p>
<p>12. Comunicação Social Pública</p>	<p>Reavaliar os contratos de retransmissão de rede assinados com TVs que não são de Governos Estaduais, Municipais e Universidades públicas. Verificar quais os tipos de televisões são essas e se estão em consonância com a finalidade da comunicação pública.</p>	<p>Contratos enviados pela EBC ao GT de Transição</p>	<p>Emissoras com finalidade comercial ou religiosa não podem integrar a Rede Nacional de TV Pública.</p>		<p>Verificar quais os tipos de televisões são essas que assinaram os contratos de parceria e se estão em consonância com a finalidade da comunicação pública.</p>

<p>13. Comunicação Social Pública</p>	<p>Contratos de cooperação técnica e prestação de serviços com Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Fiocruz e Exército Brasileiro.</p>	<p>Contratos enviados pela EBC ao GT de Transição</p>	<p>Condições financeiras, tecnológicas e de recursos humanos para o cumprimento dos contratos, sem prejuízo às atividades essenciais da EBC.</p>	<p>Média/Curto Prazo</p>	<p>Analisar os contratos e avaliar se é possível, necessário ou adequado abrir diálogo para renegociações dos termos de cooperação, parcerias e contratos.</p>
<p>14. Comunicação Social Pública</p>	<p>Contrato com Embratel para disponibilização do sinal dos canais de TV no Satélite termina em abril de 2023 (contrato 0018/2018).</p>	<p>Contratos enviados pela EBC ao GT de Transição</p>	<p>A interrupção deste contrato inviabiliza que os sinais das emissoras estejam disponíveis para os telespectadores em todo o Brasil.</p>	<p>Média/Curto Prazo</p>	<p>Verificar imediatamente em que fase está a nova licitação.</p>

7. Sugestões sobre Emergências Orçamentárias

Ação Orçamentária	Dotação autorizada em 2022	PLOA 2023	% Queda	Impacto/Consequência
2017 – Comunicação Institucional	349,33	241,69	31%	A restrição aplicada pode afetar a continuidade de contratos relativos a campanhas publicitárias, pesquisa de opinião pública, comunicação corporativa), capacitação de agentes para o sistema de comunicação de governo, comunicação e transmissão de atos e fatos do governo federal e a realização de eventos que contem com a participação do Presidente da República.
20B5 – Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação (funcional 10.41261.24.722.4001.20B5.0001)	127,27	127,43 (houve restrição de 10 milhões na GND4)		O valor destinado a investimentos (GND4) era R\$ 28 milhões e passou a R\$ 18 milhões, queda de 36%. Sem esse recurso, novos transmissores para correção das falhas na mancha de cobertura dos sinais da TV Brasil e das Rádios não serão adquiridos.
20B5 – Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação	138,15 (empenho 2021)	127,43		O recurso de custeio e investimento da SECOM tem diminuído. Assim, além de recompor a restrição de R\$ 10 milhões de GND4, é necessário de reforço de R\$ 10,72 milhões para custeio. Esse valor toma como base o valor de empenho de 2021, de R\$ 138,15 milhões. É preciso salientar que a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública tem sido contingenciada em mais de 70%, e há R\$ 166 milhões lançados como reserva de contingência.
20TP - Pessoal – EBC	345,60	372,53		Embora o PLOA 2023 preveja aumento de recursos, eles não serão suficientes para arcar com as despesas decorrentes de dissídio coletivo e outras despesas de pessoal.

8. Sugestões sobre revogações e alterações de atos normativos

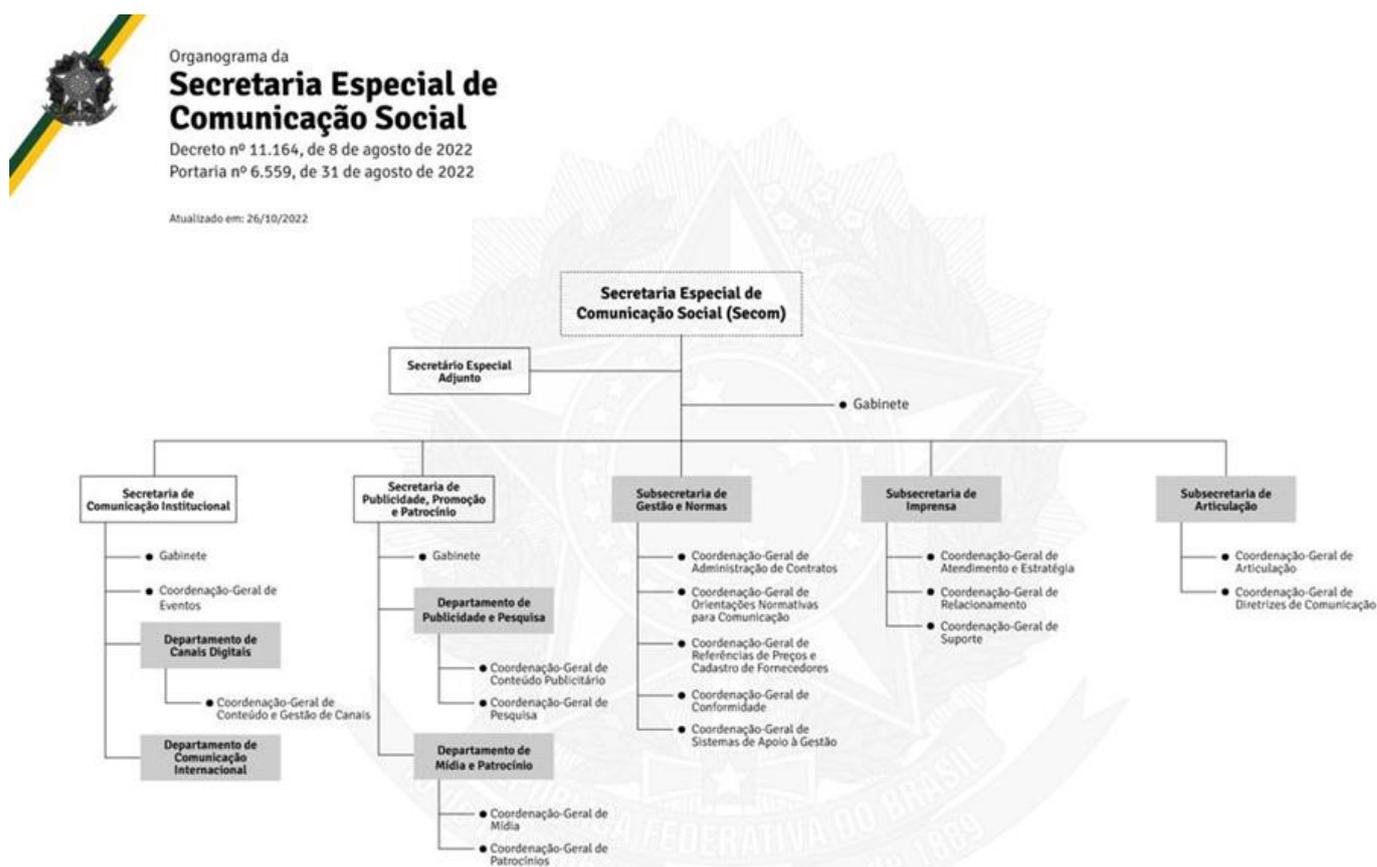
Tipo de ato normativo a ser revogado/alterado	Número do Ato	Data de edição do ato	Objeto do ato (explicar em poucas palavras)	Revogação parcial ou integral	Autoridade que editou o ato	Necessidade de edição de outro ato normativo	Nível de urgência
1. Decreto	354	10 DE MAIO DE 2020	Dispõe sobre a qualificação da Empresa Brasil de Comunicação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. O dispositivo foi posteriormente alterado pelo DECRETO Nº 10.669, DE 8 DE ABRIL DE 2021, no tocante à composição do Comitê Interministerial encarregado de sua implementação.	Integral	Presidente da República	revogação simples	Imediata
Decreto	669	8 DE ABRIL DE 2021	Dispõe sobre a inclusão da Empresa Brasil de Comunicação S.A. no Programa Nacional de Desestatização e altera o Decreto nº 10.354, de 20 de maio de 2020.	Integral	Presidente da República	revogação simples	Imediata
Lei	11.652	7 de abril de 2008	A edição, pelo governo Temer, da Lei nº 13.417, de 1 de março de 2017, alterou a lei original, esvaziando o cerne normativo que deu vida à EBC. A proposição alterou os contornos da organização legal e institucional a que estava submetida a EBC, extinguindo, por exemplo, o Conselho Curador, espaço fundamental para a garantia da participação social na comunicação pública. As tarefas do Conselho Curador passaram a ser feitas pelo Conselho de Administração, composto por ministros de estado indicados pelo governo. A consequência inevitável foi a contaminação da programação e do jornalismo praticados pela empresa com os traços distintivos da comunicação governamental.	Parcial	Presidente da República	Os artigos a serem revogados deixarão lacunas que deverão ser sanadas pela inclusão de novos dispositivos, com o objetivo de: (a) recriar o Conselho Curador; (b) reinstaurar regras para nomeação da diretoria; (c) promover a separação entre a comunicação pública e a governamental. Viabilizar a restituição do Conselho Curador da EBC, recompondo a gestão com os membros do ano de 2016. O Conselho Curador, uma vez restituído, deverá cumprir um mandato provisório de 180 (cento e oitenta) dias. Sua principal função é promover as ações necessárias para conduzir a eleição de seus integrantes para um novo mandato e contribuir com as primeiras medidas de reestruturação da Empresa.	Imediata

9. Sugestão de Estrutura Organizacional do Ministério

1. Introdução com análise da estrutura atual

Atualmente, a SECOM possui status de Secretaria Especial e é vinculada ao Ministério das Comunicações, após alteração promovida pela [Medida Provisória nº 980, de 10 de junho de 2020](#). Essa norma legal transferiu a então Secretaria Especial de Comunicação Social e suas atribuições – antes subordinada à estrutura da Presidência da República - para a estrutura do Ministério das Comunicações. A atual estrutura da Secom foi definida pelo [Decreto nº 11.164, de 8 de agosto de 2022](#) e seu regimento interno pela [Portaria MCom nº 6.559, de 31 de agosto de 2022](#).

Figura 1 – Organograma atual da Secom



de notícias digital, imprensa oficial convencional e publicidade governamental. Essa estrutura demandará atuação transversal dos responsáveis pela comunicação digital na Secom e a criação de secretarias digitais em todas as assessorias de comunicação da administração direta e indireta do sistema SICOM. Dessa forma, será possível fazer frente à ação digital dos grupos antidemocráticos que recebem financiamentos privados e vão continuar operando. 2. A reconstrução de estruturas e revisão de medidas equivocadas da gestão anterior é fundamental para a reinstitucionalização da comunicação de governo. Além da medida provisória que deu caráter de subordinação da Secretaria de Comunicação Social da Presidência ao Ministério da Comunicações, é fundamental desfazer a indevida junção entre comunicação governamental e pública promovida pelo governo Bolsonaro com a unificação da antiga NBR e na TV num único canal digital. Com isso, restaura-se a premissa conceitual e constitucional que separa comunicação de governo de comunicação pública.

2. Sugestões de Organograma

O presente organograma restaura, portanto, a estrutura ministerial da Secretaria de Comunicação Social, vinculando-a à Presidência da República. Tentou-se aqui recriar o mínimo possível de cargos e funções — em sua maioria perdidos na transferência para o Ministério das Comunicações no governo Bolsonaro, quando a Secom teve sua estrutura desidratada. Duas novas secretarias estão sendo recriadas a partir de subsecretarias já existentes no organograma atual. São essenciais para reforçar e dar nova dimensão à comunicação digital do governo e para implantar e coordenar uma nova plataforma de comunicação para o Poder Executivo, além de promover sua indispensável articulação com os demais órgãos da administração.

a) Secretaria de Imprensa

- Departamento de Atendimento e Relacionamento
- Departamento de Suporte e Eventos

b) Secretaria de Análise, Estratégia e Articulação

- Departamento de Monitoramento e Pesquisas
- Departamento de Articulação Institucional

c) Secretaria de Comunicação Institucional

- Departamento de Canais Digitais
- Departamento de Difusão

d) Secretaria de Publicidade e Patrocínios

- Departamento de Publicidade
- Departamento de Patrocínios

e) Secretaria de Audiovisual

- Departamento de Produção, Edição e Acervo
- Departamento de Distribuição Audiovisual

As competências da SECOM e de suas Secretarias e Departamentos estão descritas na versão preliminar do Decreto de Estrutura Regimental que está disponível em https://docs.google.com/document/d/1EBjblOcemcuqniFzHEFVyQ4XXpqwZgS_/edit

3. Normais legais que regularam a Secom desde 1979:

[Decreto nº 83.291 de 15.03.1979](#) Define as atribuições do Ministro de Estado Extraordinário para assuntos de comunicação social do poder executivo

[Lei nº 6.650 de 23.05.1979](#) Dispõe sobre a criação, da Presidência da República, da Secretaria de Comunicação Social

[Decreto nº 85.550 de 18.12.1980](#) Extingue a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e transfere para o Gabinete Civil da Presidência da República

[Decreto nº 93.954 de 21.01.1987](#) Institui, no Gabinete Pessoal do Presidente da República, a Secretaria Especial de Comunicação Social da Administração Federal – SECAF

[Lei nº 8.490, de 19.11.1992](#), Art. 1º, § 1º, alínea b, cria a Assessoria de Comunicação Institucional da Presidência da República.

[Lei nº 9.649 de 27.05.1998](#) Art. 17, transforma a Assessoria de Comunicação Institucional em Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, revogando no art. 45, as disposições contrárias, especialmente as da Lei nº 8.490, de 19.11.1992.

[MPV nº 1.795 de 01.01.1999](#) Transforma a Secretaria de Comunicação Social em Secretaria de Estado de Comunicação de Governo da Presidência da República e altera área de competência.

[MPV 1999-13, de 14.12.1999](#) Transforma a Secretaria de Estado de Comunicação de Governo da Presidência da República em Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República.

[Decreto nº 4.046 de 10.12.2001](#) Extingue o cargo de Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República e transforma a Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República em Secretaria de Estado de Comunicação de Governo.

[Lei nº 10.683 de 28/05/2003](#) Art. 31, inciso II, transforma a Secretaria de Estado de Comunicação de Governo em Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica da Presidência da República. O art. 1º, mantém a Secretaria como órgão essencial da Presidência da República e o art. 4º trata das competências e da organização.

[Lei nº 11.204 de 05.12.2005](#), Art. 2º transfere as competências da SECOM referentes à área de comunicação institucional para a Secretaria Geral da Presidência da República e para o Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República as competências referentes à área de assuntos estratégicos. O art. 4º extingue o cargo de Ministro de Estado Chefe dessa Secretaria.

[Lei nº 11.497 de 28.06.2007](#), Art. 2º cria a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

[Decreto nº 6.377 de 19.02.2008](#) Aprova a estrutura regimental dessa Secretaria.

[Lei nº 13.341, de 29.09.2016](#) Art. 1º Extingue a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e o art. 4º extingue o cargo de Ministro de Estado Chefe dessa Secretaria. Art. 6º e 7º transfere as competências e órgãos e entidades supervisionadas para a Casa Civil da Presidência da República.

[Decreto nº 9.038 de 26.04.2017](#) Art. 2º que trata da estrutura básica da Secretaria Geral da Presidência da República, inclui a Secretaria Especial de Comunicação Social em sua estrutura, como órgão específico.

[MP nº 870/2019](#) Art. 6º Inclui a Secretaria Especial de Comunicação Social na estrutura da Secretaria de Governo (SEGOV)

[Lei nº 13.844, de 18.06.2019](#) Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nos

10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.

Comunicação Pública - Proposta de organograma para a Diretoria-Executiva colegiada da EBC (Empresa Brasil de Comunicação).

A Lei 11.652/2008 estabeleceu que a EBC só poderia ter seis diretorias. Para uma empresa tão complexa e gestora de tantas atividades, este número sempre foi um limitador. Descartando-se uma mudança na lei para criar “cargos novos”, faz-se necessário organizar a diretoria da forma mais eficiente possível, dentro da limitação legal.

O organograma atual é assim composto:

Diretor-Presidente

Diretor-Geral

Diretor de Operações, Engenharia e Tecnologia

Diretor de Conteúdo e Programação

Diretor de Administração, Finanças e Pessoal

Diretor de Jornalismo

A proposta deste GT é a de organizar a empresa com foco maior na atividade finalística e na especificidade dos veículos.

1. Diretor-Presidente - responsável maior pela gestão e representação

2. Diretor-Geral - supervisor de todas as atividades finalísticas de comunicação pública e pela prestação de serviços a terceiros, inclusive o Governo Federal, se mantidos os contratos com a Secom. Para isso haveria na diretoria uma Gerência Executiva de Serviços.

3. Diretoria de Administração, Pessoal e Assuntos Jurídicos

4. Diretor de Operações, Engenharia e Tecnologia

5. Diretoria de Televisão - Responsável pela TV Brasil, por sua programação, tanto a jornalística como a cultural/educativa, por sua formação de rede e pelo projeto de sua expansão e cobertura.

6. Diretoria de Rádio, Comunicação Digital e Novas Mídias - A esta diretoria estariam vinculadas as Rádios, geridas por uma Superintendência. Uma outra Superintendência seria responsável pela Agência Brasil e Radioagência Nacional e sites da empresa na Internet e todas as operações relacionadas com redes sociais e novas mídias. Aqui duas atividades não conflitantes estão sendo alocadas na mesma diretoria pela impossibilidade de se criar, como seria ideal, uma sétima diretoria.

LEGISLAÇÃO RELACIONADA COM O HISTÓRICO DA EBC

- MP 398/2007, de 10 de outubro de 2007, autoriza a criação da empresa, estabelece finalidades e critérios de funcionamento e gestão.
- Lei 11652/2008 - Lei de conversão da MP 398, com poucas modificações introduzidas pelo Congresso.

- Decreto nº 6689, de 11 de dezembro de 2008. Aprova o Estatuto Social da Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC e revoga o art. 4º do Decreto nº 6.246, 24 de outubro de 2007.
- MP 744, de 01 de setembro de 2016 – Alterou substancialmente a Lei de criação da EBC (11652/2008), suprimindo o Conselho Curador e o mandato do diretor-presidente e tornando privativas do presidente da República a nomeação e exoneração de todas os diretores.
- Lei 13.417 - Lei de conversão da MP 744, aprovada na íntegra pelo Congresso.
- [LEI Nº 13.341, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016](#) - Transfere a SECOM para a Casa Civil, bem como a EBC, a ela então vinculada.
- MP 980, de 10 de junho de 2020 – Recria o Ministério das Comunicações, desmembrando-o de Ciência e Tecnologia, e para ele transfere a Secom e a EBC.
- Lei 14.074/2020 - lei de conversão da MP 980.

10. Conclusões

Este relatório faz uma síntese da devastação institucional ocorrida nas áreas de comunicação governamental e de comunicação pública nos governos Temer/Bolsonaro.

De 2016 para cá, a Secom/PR, perdendo o status de ministério, foi sucessivamente vinculada à Casa Civil, a Secretaria de Governo e ao Ministério das Comunicações. A EBC, antes vinculada à SECOM, seguiu a mesma trajetória de vinculações sucessivas.

Este percurso errático, além dos custos operacionais, trouxe prejuízos à população, seja privando-a de uma boa comunicação governamental, inclusive de utilidade pública, seja deformando o sistema público de comunicação EBC, utilizado escandalosamente para a guerra cultural, a desinformação e finalmente para fins eleitorais.

Este relatório aponta todos os pontos de estrangulamento da SECOM – tais como desarticulação do Sistema Sicom (alinhamento da comunicação entre o centro do governo e os ministérios), falta de transparência e critérios técnicos na distribuição da publicidade, desatenção à mídia internacional e à comunicação digital institucional, entre outros. Sugere o retorno da Secom à Presidência da República e propõe um organograma sintonizado com o momento atual das comunicações, marcado pela emergência de novas mídias e das redes sociais. Propõe ainda o resgate e o fortalecimento da TV governamental (ex-NBR), confundida pelo atual governo com a televisão pública. Uma Secom institucionalmente forte e operacionalmente ágil será fundamental num governo que precisará estar equipado para enfrentar a conjuntura singular do Brasil.

Na Comunicação Pública, o relatório faz um inventário dos retrocessos e deformações do sistema EBC, apontando riscos e providências para a reconstrução da empresa. Mas destaca a grande oportunidade que se abre para a consolidação do sistema. A EBC surgiu na largada do sistema digital, quando não havia espaço para canais da TV Brasil no espectro analógico, todo ocupado pelo setor privado, nem era possível implantar uma rede digital, pois o a migração avançava lentamente. Hoje, com a digitalização quase completa, há plenas condições para a expansão da cobertura da TV Pública, como detalhado no tópico “Gestão e Suporte”.

As rádios da EBC, que são patrimônio cultural do país, também sofreram com o desmonte e a censura, mas seguem fundamentais para conectar o país, amplificar vozes e levar informação, música, esporte e entretenimento de qualidade para a população brasileira. Juntamente com as agências de notícias (Agência Brasil e Radioagência Nacional), a Rede Nacional de Rádio e as mídias digitais, será possível retomar a missão da Empresa, que é contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica da sociedade.

Estamos diante da oportunidade histórica de resgatar e ao mesmo tempo refundar o projeto de comunicação pública no Brasil. Nesse processo, temos o desafio de garantir a ampla participação dos mais diversos segmentos sociais, dos/as trabalhadores/as e demais emissoras do campo público (universitárias, educativas, legislativas e comunitárias). Juntamente com outras instituições, devemos somar esforços e, em rede, retomar o caminho democrático, vencer a fome e enfrentar desigualdades estruturantes como o racismo e a LGBTFOBIA, além de combater a falta de percepção crítica da sociedade brasileira, que foi capturada pelo discurso e valores neofascistas, em oposição aos humanistas, coletivos e solidários.

Já nos primeiros meses, o Comitê Editorial e o Comitê de Programação terão e formatar e orientar coberturas sobre temas urgentes como combate à fome, saúde,

educação, mudanças climáticas, desinformação, liberdade de imprensa e expressão, juventude, violência contra as mulheres, acessibilidade e inclusão, reforma agrária, moradia, emprego, economia, direitos da população negra e dos povos indígenas.

A EBC tem todas as condições de se tornar uma inspiração e uma referência internacional em comunicação pública, especialmente se for capaz de contemplar em sua gestão, programação e parcerias princípios decoloniais e um profundo compromisso com a população negra, os povos indígenas, a América Latina, Caribe e os países da CPLP.

É pacífico que a comunicação terá um papel estratégico na reconstrução nacional e na plena restauração da democracia. Neste sentido, o novo governo deve ter como prioridade a reconstrução dos dois sistemas, igualmente importantes e complementares.

Foi consensual no GT de Comunicação Social a ideia de que os dois sistemas devem ser separados, devendo o Governo Federal, no tempo e nas condições possíveis, implantar o sistema estatal/governamental de radiodifusão e comunicação, previsto pela CF (art. 223), deixando a EBC com a atribuição exclusiva de gerir, desenvolver e aprimorar a comunicação pública em nosso país. Sabemos, entretanto, das dificuldades para se implementar tal mudança no momento complexo do início de governo.

ANEXO I – DOCUMENTOS EXTERNOS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Entre os dias 21 de novembro a 09 de dezembro o Grupo de Trabalho de Comunicação Social do Gabinete de Transição participou de diversas reuniões com a sociedade civil organizada e pôde conhecer os principais anseios do segmento. Na oportunidade, foram entregues à equipe de transição diversos documentos com diagnósticos, sugestões e reivindicações. Em linhas gerais, estes grupos apresentaram sugestões de ampliar a participação social não só nas instâncias já previstas, como na produção de conteúdo em parceria, bem como a reafirmação da urgência para que o Governo Federal cumpra com os desafios descritos neste documento, principalmente a EBC na comunicação pública.

Segue abaixo a relação das principais reuniões e os respectivos links de acesso aos documentos e às discussões que ocorreram nestas agendas.

1. Dia 21/11 - Reunião com representantes e apoiadores da EBC.

Foram entregues os seguintes documentos:

- Documento “Seminário Modelo Institucional da EBC: balanço e perspectivas”, contendo a sistematização das propostas e o resultado do evento promovido pelo Conselho Curador da EBC em parceria com representantes da Diretoria e funcionários da EBC, da sociedade civil, do Governo Federal e de universidades.
<https://drive.google.com/drive/folders/1TCKWjwr3kpk6t9my1cpoCUpESjwQEwrU>

- Caderno de Contribuições do Seminário “Reconstrói a EBC e a Comunicação Pública”, ocorrido de 8 e 9 de abril de 2022.
<https://drive.google.com/drive/folders/1TCKWjwr3kpk6t9my1cpoCUpESjwQEwrU>





2. 01/12 – Reunião com representantes da ABTU (Associação Brasileira de Televisão Universitária).

Foi entregue documento contendo algumas pautas prioritárias para o segmento.
<https://drive.google.com/drive/folders/1TCKWjwr3kpk6t9my1cpoCUpESjwQEwrU>

3. 08/12 – Reunião com representantes de diversas associações de jornalistas:

Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Associação de Jornalismo Digital (Ajour), Comitê para Proteção de Jornalistas (CPJ), Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Instituto Palavra Aberta, Instituto Vladimir Herzog, Intervozes, Tornavoz e Repórteres sem Fronteiras (RSF).

No encontro, ocorreu a entrega de carta em defesa da liberdade de imprensa e contra a violência à jornalistas.
<https://drive.google.com/drive/folders/1TCKWjwr3kpk6t9my1cpoCUpESjwQEwrU>



4. 09/12 – Reunião com o coletivo Intervozes e outros representantes de organizações negras (Online).

Na ocasião, foi entregue uma carta com o resultado do Seminário Reconstrói EBC, redigida por organizações da sociedade civil, movimentos sociais, instituições acadêmicas,

além de trabalhadores unificados na Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública
<https://drive.google.com/drive/folders/1TCKWjwr3kpk6t9my1cpoCUpeSjwQEwrU>

5. 09/12 – Reunião com representantes de comunicadores da periferia

Jovem de Expressão, Ação Periferia, Mídia Periférica, dentre outros.

Entrega de carta de recomendações a favor da participação da juventude periférica nas ações comunicacionais de governo.
<https://drive.google.com/drive/folders/1TCKWjwr3kpk6t9my1cpoCUpeSjwQEwrU>



Outros documentos recebidos pelo Grupo de Trabalho de Comunicação Social por entidades da sociedade civil:

5. Carta da Associação Brasileira de Comunicação Pública – ABCPública
<https://drive.google.com/drive/folders/1TCKWjwr3kpk6t9my1cpoCUpeSjwQEwrU>
6. Carta da Associação Brasileira de Preservação Audiovisual (ABPA)
<https://drive.google.com/drive/folders/1TCKWjwr3kpk6t9my1cpoCUpeSjwQEwrU>
7. Carta de Sugestões ao novo governo da Organização Interamericana de Defensoras e Defensores das Audiências (OID) e da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (ALAIIC)
<https://drive.google.com/drive/folders/1TCKWjwr3kpk6t9my1cpoCUpeSjwQEwrU>
8. Carta do Instituto Nupef sobre a importância da preservação da memória institucional

<https://drive.google.com/drive/folders/1TCKWjwr3kpk6t9my1cpoCUpESjwQEwrU>

9. CARTA DE INTENÇÕES E DEMANDAS com o objetivo de garantir a defesa dos direitos das pessoas com doenças raras e fortalecer o PROGRAMA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL ÀS PESSOAS COM DOENÇA RARA, além de ampliar da Aliança Brasileira de Associações e Grupos de Apoio a Pessoas com Doenças Raras – ALIANÇA RARA
<https://drive.google.com/drive/folders/1TCKWjwr3kpk6t9my1cpoCUpESjwQEwrU>
10. Carta do Coletivo de Raros e PcDs da Empresa Brasil de Comunicação contendo sugestões para melhorar a qualidade de vida dos funcionários atípicos da EBC.
<https://drive.google.com/drive/folders/1TCKWjwr3kpk6t9my1cpoCUpESjwQEwrU>
11. Carta da AMNB (Articulação de Mulheres Negras Brasileiras), por uma comunicação pública com as mulheres negras à frente
<https://drive.google.com/drive/folders/1TCKWjwr3kpk6t9my1cpoCUpESjwQEwrU>

Além dos documentos citados, outros documentos recebidos pelo Grupo de Trabalho de Comunicação Social estão disponíveis em <https://drive.google.com/drive/folders/1TCKWjwr3kpk6t9my1cpoCUpESjwQEwrU>

ANEXO II - Documentos de Governo

O Grupo de Trabalho de Comunicação Social realizou uma série de diligências ao Ministério das Comunicações, com envio de requerimento de informações para embasar a produção deste relatório.

Todas as respostas – documentos, planilhas orçamentárias, informações de pessoal, relação completa de contratos – encontram-se no endereço https://drive.google.com/drive/folders/1AXU-yqYFOrxQuB7EReevQkpQsRG0_udj.

- Para acessar os contratos da Secom diretamente, o link é <https://drive.google.com/drive/folders/1thZ1ix3pa31esn5pgteMxZr-wbuhBMqb>.
- A relação dos contratos da EBC está disponível em https://docs.google.com/spreadsheets/d/1hD4RN_y2rlQ45xcmo3mCaei8bxxvrDid/edit#gid=1822654729.